

## AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF

**Estudo Técnico Preliminar 54/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 48051.003341/2025-24

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação visa a continuidade dos serviços de vigilância patrimonial diurna e noturna na sede interditada da Agência Nacional de Mineração (ANM), localizada no Setor de Autarquias Norte (SAN), Quadra 1, Bloco B, CEP 70041-903, Brasília/DF, no primeiro trimestre de 2026.

2.2. Em que pese o prédio estar interditado (vide doc. 593168), é dever da Administração Pública zelar pelo patrimônio público e, neste sentido, impedir o acesso de pessoas não autorizadas à edificação da ANM.

2.3. Vale salientar que na edificação ainda há materiais de alto valor agregado, e que a eventual ausência de vigilância patrimonial colocaria em risco estes materiais e, também, o acervo da mapoteca do órgão lá existente.

2.4. Em razão da inexistência de categorias funcionais na ANM cujas atribuições dos cargos sejam compatíveis à execução dos serviços de vigilância, a terceirização destes serviços através da realização de procedimento licitatório, apresenta-se como solução para desincumbir servidores do órgão destas tarefas acessórias, contribuindo para que seja possível aos servidores, a concentração de esforços nas tarefas essencialmente inerentes à competência legal da instituição.

2.5. Além disso, os serviços de vigilância que se pretende contratar se mostram essenciais à manutenção das adequadas condições de segurança do bem público, considerando que a área onde está situado o imóvel é crítica, sendo que por algumas vezes a edificação sofreu tentativa de ingresso/invasão.

2.6. A contratação da execução indireta das atividades de vigilância, objeto desta demanda, tem suporte no art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e no Decreto nº 9.507, de 21/09/2018. Portanto, as atividades da presente contratação podem ser terceirizadas por não estarem compreendidas entre as desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos.

2.7. Em observância às disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar o problema a ser superado ou a necessidade a ser suprida, evidenciar a real necessidade e determinar a solução a ser alcançada, analisar a viabilidade técnica de sua implementação, e apresentar os elementos essenciais para elaboração do Termo de Referência, de forma a gerar o melhor resultado para a Administração Pública e a justa competição entre os possíveis interessados, visando sempre o interesse público.

**Necessidades a serem atendidas**

2.8. Os serviços de vigilância patrimonial armada na sede interditada da ANM, em Brasília-DF, estão sendo prestados atualmente por meio do Contrato nº 31/2020 - processo administrativo de contratação nº 48051.002373/2020-06 - cuja vigência se estende até 31 de dezembro de 2025, com possibilidade de prorrogação excepcional.

2.9. A presença de vigilância permanente contribui diretamente para a preservação da ordem pública, para prevenção de sinistros e manutenção da segurança institucional, atendendo ao interesse público e garantindo a continuidade das ações administrativas voltadas à gestão eficiente dos bens da União.

2.10. Resta, portanto, à Administração, considerando o iminente término da vigência do Contrato nº 31/2020, providenciar, na forma da Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021 - nova contratação da prestação continuada destes serviços para o imóvel interditado da União, visando:

1. Proteger o patrimônio público móvel e imóvel;
2. Prevenir depredações, invasões e furtos;
3. Prevenir a ocorrência de incêndios e outros sinistros;
4. Garantir o controle da entrada e saída de equipamentos, materiais e documentos, quando necessário;
5. Garantir a integridade física de servidores e terceiros que eventualmente transitam no local;
6. Promover o controle de acesso de servidores e terceiros que eventualmente necessitem adentrar às instalações;
7. Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas da ANM (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua e eficiente;
8. Conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

#### **O que se almeja com a contratação considerando o interesse público.**

2.11. A contratação de vigilância patrimonial para o imóvel interditado da ANM tem por finalidade atender ao interesse público, assegurando proteção efetiva de bens e valores sob responsabilidade da Administração. Busca-se especialmente com a contratação:

1. Assegurar a proteção do patrimônio público, incluindo a edificação, bens móveis, materiais e documentos existentes no imóvel interditado, com vistas a garantir a integridade física da estrutura e evitar prejuízos ao erário, ;
2. Preservar os valores institucionais e imagem da Administração Pública, evitando que o imóvel seja utilizado de forma indevida ou associado a práticas ilícitas;
3. Prevenir atos de vandalismo e ilícitos que possam comprometer a integridade física do imóvel e causar prejuízos ao erário;
4. Assegurar o controle de entrada e saída de equipamentos, materiais e documentos, quando necessário, garantindo rastreabilidade e segurança;
5. Oferecer maior controle de acesso e segurança para servidores e técnicos que eventualmente precisem realizar atividades no local;
6. Garantir a integridade dos bens, materiais e documentos existentes no local, sob guarda da Administração, evitando deteriorações causadas por negligência ou ausência de vigilância;
7. Viabilizar a realização de reformas, avaliações técnicas e outras intervenções administrativas com segurança e sem interrupções por fatores externos;
8. Cumprir o dever institucional de zelar pelo patrimônio público, evitando que a omissão na proteção do imóvel configure negligência administrativa.

2.12. Esta contratação representa uma medida preventiva e estratégica, alinhada aos princípios da eficiência, legalidade e responsabilidade na gestão dos bens públicos, contribuindo para a continuidade das ações administrativas e a proteção dos interesses coletivos.

### **3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
DIVPAQ/CORAPA	Amélia Cristina Mota Nunes

### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

**Requisitos da Contratação:**

4.1. A execução dos serviços de vigilância armada a serem contratados deverá ocorrer de forma ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, para a sede interditada na ANM, localizada no Setor de Autarquias Norte (SAN), Quadra 1, Bloco B, CEP 70041-903, Brasília/DF, observando-se os quantitativos necessários.

4.2. A contratação de empresa especializada visa garantir que os serviços sejam prestados com qualidade, considerando que os prestadores de serviços do ramo são especializados na salvaguarda do patrimônio público contra possíveis ameaças externas e sinistros. Note-se que as atribuições dos profissionais que executam os serviços de vigilância diferem das atribuições típicas dos servidores públicos da ANM.

4.3. Todas as atividades a serem desenvolvidas se darão por profissionais cujas categoriais são reconhecidas legalmente e estão relacionadas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Além disso, está disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço. Enquadram-se, portanto, na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei n.º 14.133/2021.

4.4. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço dentro da Classificação Brasileira de Ocupações é: **CBO 5173-30 – Vigilante**.

4.5. O serviço de vigilância será prestado em conformidade com o artigo 32 da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017 e seu Anexo VI-A, observando os critérios estabelecidos para contratações sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.

4.6. Além disso, os profissionais responsáveis pela execução dos serviços deverão estar devidamente qualificados, conforme os requisitos previstos na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, que instituiu o Estatuto da Segurança Privada.

4.7. A solução deverá:

1. Garantir vigilância ativa nas dependências e áreas restritas da ANM, com foco na prevenção, controle e combate a delitos, como o porte ilegal de armas e munições, e outras irregularidades;
2. Zelar pela segurança de pessoas, do patrimônio público e pelo cumprimento das normas legais e regulamentares, por meio de rondas periódicas, monitoramento com câmeras e sistemas de alarme quando disponíveis;
3. Realizar o controle de acesso, recepção e registro da movimentação de pessoas nas instalações da ANM;
4. Fiscalizar a entrada e saída de pessoas, cargas e veículos, incluindo a realização de revistas, quando necessário e autorizado;
5. Estar apta a identificar e combater focos de incêndio, acionando prontamente os órgãos competentes e adotando medidas iniciais de contenção;
6. Não conflitar com o plano de cargos e carreiras da ANM, respeitando as atribuições exclusivas dos servidores públicos;
7. Ser caracterizada como serviço contínuo, em razão da natureza das atividades de vigilância e segurança.

### **Critérios e práticas de sustentabilidade**

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição, 2025:

4.8.1. Considerando o disposto no item 22 - MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS - do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Edição, Novembro/2025, e que na presente contratação o quantitativo de colaboradores é inferior a 25 (vinte e cinco), não haverá previsão de reserva de vagas para mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, nos termos do § 1º-A, art. 3º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.8.2. Considerando o disposto no item 28 - PREVISÕES ANTIDISCRIMINATÓRIAS, a Contratada deverá:

4.8.2.1. Reforçar aos prestadores de serviço terceirizado a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar todo e qualquer tipo de discriminação no âmbito da unidade atendida por este contrato.

4.8.2.2. Observar a Portaria MGI 6719, de 13 de setembro de 2024, que instituiu o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal, suas Autarquias e Fundações.

4.8.2.3. Desenvolver políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação nas relações de trabalho, bem como na sua gestão, e ações de formação para suas empregadas e empregados.

4.9. No que couber, a contratada deverá observar o disposto na Instrução Normativa SEGES nº 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/CGU/DECOR, 2025), com vistas à melhoria da eficiência no uso de recursos públicos, à redução de desperdícios e à mitigação de impactos ambientais. Para isso, deverão ser adotadas, sempre que aplicáveis, as seguintes práticas sustentáveis durante a execução dos serviços:

4.9.1. Realizar o acondicionamento adequado dos resíduos recicláveis gerados nas dependências da ANM, conforme as diretrizes de coleta seletiva da Administração;

4.9.2. Substituir substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, sempre que tecnicamente viável;

4.9.3. Otimizar o uso de recursos naturais e reduzir desperdícios e poluição, por meio das seguintes ações:

4.9.3.1. Racionalizar o consumo de energia elétrica e implementar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.9.3.2. Controlar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, quando sua substituição não for possível;

4.9.3.3. Promover capacitação periódica dos profissionais envolvidos, com foco em práticas sustentáveis e nas diretrizes ambientais vigentes nas instalações da ANM;

4.9.4. Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução segura das atividades, com descarte responsável dos materiais utilizados;

4.9.5. Cumprir as Normas Brasileiras (NBRs) da ABNT relacionadas ao manejo de resíduos sólidos e segurança ambiental;

4.9.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos para descarte ambientalmente adequado de materiais potencialmente poluentes, como:

4.9.6.1. Pilhas e baterias contendo chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, que deverão ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos comerciais ou à rede de assistência técnica autorizada, para posterior envio aos fabricantes ou importadores, conforme legislação vigente;

4.9.7. Adotar as práticas de sustentabilidade previstas no instrumento convocatório, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, que trata da contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.10. O disposto no item imediatamente anterior não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas em norma posterior. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela ANM ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

#### **Padrões mínimos de qualidade e desempenho**

4.11. A prestação dos serviços de vigilância armada deverá observar padrões mínimos de qualidade e desempenho compatíveis ou superiores aos praticados na iniciativa privada, considerando que o atendimento à Administração Pública representa o atendimento ao interesse coletivo, com a utilização de recursos públicos.

4.12. Para garantir a efetividade e a segurança na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes requisitos:

1. Prestação contínua dos serviços, com dedicação exclusiva dos profissionais designados, conforme escala previamente definida pela Administração;
2. Emprego de vigilantes devidamente habilitados, com formação específica e reciclagem periódica, conforme exigido pela legislação vigente e normas da Polícia Federal;
3. Utilização de equipamentos e uniformes adequados, em conformidade com os padrões exigidos para a atividade de segurança armada, incluindo coletes balísticos, rádios comunicadores, armamento autorizado e demais itens de proteção;
4. Execução de atividades de controle de acesso, rondas internas e externas, e ações preventivas, com foco na proteção do patrimônio público e na integridade física de servidores e usuários;
5. Designação de servidor público responsável pela fiscalização e gestão do contrato, com competência para acompanhar a execução, realizar inspeções rotineiras e demandar providências dentro de suas atribuições legais;
6. Realização de atesto mensal dos serviços prestados, com base em critérios objetivos de avaliação, registros operacionais e relatórios de desempenho.

4.13. Esses padrões visam assegurar a qualidade, a regularidade e a conformidade dos serviços contratados, contribuindo para a proteção institucional e o cumprimento das finalidades públicas da ANM.

4.14. Para fins de fiscalização e gestão do contrato será designado um servidor público, com competência para acompanhar e demandar o que julgar necessário, dentro de suas atribuições legais. Essa fiscalização é feita rotineiramente e, mensalmente é realizado o atesto dos serviços prestados.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Segundo definição constante no Caderno de Logística de Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial 2014, a vigilância patrimonial é um serviço exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local.

5.2. O levantamento de mercado foi conduzido conforme os requisitos estabelecidos no artigo 23 da Lei nº 14.133 /2021, em conjunto com o que dispõe a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, com ênfase no artigo 5º deste dispositivo legal.

5.3. No levantamento das soluções de mercado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância, encontramos os seguintes modelos de fornecimento:

*Solução 01: Vigilância Orgânica sob demanda (Spot);*

*Solução 02: Vigilância Eletrônica com cerca elétrica e monitoramento remoto;*

*Solução 03: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada, com dedicação exclusiva de mão de obra.*

**Solução 01:** A Contratação dos Serviços de Vigilância sob Demanda (Spot), é uma modalidade em que os serviços de vigilância (armada ou desarmada), não são prestados de forma contínua, mas sim ativados conforme a necessidade específica da Administração;

**Solução 02:** A Vigilância Eletrônica consiste na utilização de tecnologias voltadas ao monitoramento e à detecção de eventos indesejados, com o objetivo de reforçar a segurança patrimonial e institucional. Essa solução contempla modelos de fornecimento baseados na contratação de bens e serviços estruturados sob a forma de sistemas isolados ou integrados, tais como:

- Circuito Fechado de Televisão (CFTV);
- Sistemas de controle de acesso;
- Sensoriamento perimetral, detecção de intrusão e alarmes automatizados;

**Solução 03:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, que consiste na contratação de postos de serviços compostos por profissionais especializados, devidamente qualificados conforme a legislação vigente, com modelos orientados de acordo com as seguintes características: horários de cobertura, ostensividade, veículos, acessórios e equipamentos de apoio aos postos de serviços e de proteção individual.

## **Análise das Soluções Possíveis e Justificativa da Escolha**

### **Solução 01 – Vigilância sob Demanda (Spot)**

#### **Vantagens:**

- Flexibilidade operacional: permite acionar o serviço apenas quando necessário, ajustando-se a eventos pontuais, períodos críticos ou situações excepcionais.
- Redução de custos fixos: evita despesas contínuas com postos de vigilância em locais ou períodos de baixa criticidade.
- Agilidade na resposta a demandas específicas: ideal para reforço temporário de segurança em eventos, obras, mudanças de layout ou transporte de bens.
- Adequação a contratos por escopo: facilita a contratação por demanda, com escopo e duração definidos, sem necessidade de vínculo permanente.

#### **Desvantagens**

- Menor previsibilidade e continuidade: a ausência de vigilância constante pode comprometer a segurança em áreas sensíveis ou de risco elevado.
- Dependência de disponibilidade imediata da contratada: pode haver demora na mobilização dos profissionais, especialmente em situações emergenciais.
- Limitações na integração com sistemas de segurança contínuos: dificulta a atuação conjunta com vigilância eletrônica ou física permanente.
- Menor vínculo com a rotina institucional: os profissionais contratados sob demanda podem não estar familiarizados com os protocolos internos da ANM.

### **Solução 02: Vigilância Eletrônica**

#### **Vantagens**

- Cobertura contínua e automatizada: permite monitoramento 24h, mesmo sem presença física constante.
- Redução de custos com pessoal: diminui a necessidade de vigilantes em postos fixos.
- Registro de imagens e eventos: facilita auditorias, investigações e comprovação de ocorrências.
- Maior abrangência de áreas monitoradas: especialmente útil em locais amplos ou com múltiplos acessos.
- Integração com sistemas de resposta rápida: como alarmes, notificações e acionamento automático de equipes.

#### **Desvantagens**

- Necessidade de investimento inicial elevado: envolve aquisição de equipamentos, instalação e infraestrutura de rede.
- Dependência de energia elétrica e conectividade: falhas podem comprometer a eficácia do sistema.
- Requer vigilantes ou operadores especializados: para análise das imagens e resposta a eventos.
- Menor capacidade de dissuasão imediata: não substitui a presença física em situações que exigem intervenção direta.
- Manutenção técnica contínua: exige suporte especializado para garantir funcionamento adequado dos sistemas.

### **Solução 03: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada, com dedicação exclusiva de mão de obra.**

#### **Vantagens**

- Presença física permanente: garante pronta resposta a situações de risco e maior sensação de segurança.

- Atuação ostensiva e preventiva: contribui para a dissuasão de atos ilícitos e controle de acesso às dependências.
- Integração com a rotina institucional: os vigilantes se familiarizam com os protocolos internos, fluxos e áreas críticas.
- Maior controle e supervisão: permite acompanhamento direto da execução dos serviços e avaliação contínua de desempenho.
- Flexibilidade para atuação em diferentes turnos e locais: conforme planejamento da Administração.

**Desvantagens**

- Maior custo operacional: envolve despesas contínuas com pessoal, equipamentos, EPIs e supervisão.
- Menor flexibilidade para ajustes pontuais: exige planejamento prévio para alterações de escala ou cobertura.
- Dependência da gestão contratual eficiente: requer fiscalização ativa para garantir conformidade e qualidade dos serviços.
- Risco de ociosidade em períodos de baixa demanda: especialmente em locais com menor fluxo ou criticidade.

**Tabela Comparativa das Soluções de Vigilância**

Critério	Solução 1: Vigilância Spot	Solução 2: Vigilância Eletrônica	Solução 3: Vigilância Armada Contínua
Cobertura	Pontual, conforme demanda	Contínua, automatizada	Contínua, presencial
Custo Operacional	Reduzido	Moderado (infraestrutura)	Elevado (mão de obra e equipamentos)
Flexibilidade	Alta	Média	Baixa
Capacidade de Resposta Imediata	Limitada	Dependente de integração	Alta
Dissuasão Preventiva	Baixa	Média	Alta
Integração com rotinas da ANM	Limitada	Média	Alta
Dependência tecnológica	Baixa	Alta	Baixa
Adequação a áreas críticas	Pouco recomendada	Requer reforço físico	Altamente recomendada
Exigência de gestão contratual	Média	Alta (manutenção e suporte)	Alta (fiscalização contínua)
Utilização pelos Órgãos Federais	Pouco utilizada	Utilizada como complemento	Mais utilizada

5.4. Diante das soluções acima apresentadas, segue abaixo tabela de julgamento das soluções:

Item	Requisitos	Solução 1	Solução 2	Solução 3
1	Garantir vigilância ativa para prevenir e combater delitos	0	0	1
2	Zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio com rondas	1	1	1
3	Recepcionar e controlar movimentação de pessoas	0	0	1
4	Fiscalizar pessoas, cargas e veículos	1	0	1
5	Combater focos de incêndio e comunicar órgãos competentes	0	1	1
6	Não conflitar com o plano de cargos e carreiras da ANM	1	1	1
7	Caracterizar-se como serviço contínuo	0	1	1
8	Atender aos critérios e práticas de sustentabilidade	1	1	1
9	Efetividade	0	1	1
<b>Pontuação</b>		<b>4</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

#### Justificativa Técnica da Escolha da Solução

5.5. Apesar da interdição temporária do prédio da Agência Nacional de Mineração (ANM), a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de Vigilância Patrimonial armada permanece justificada por razões técnicas, operacionais e legais já explanadas em itens anteriores e conforme detalhamento a seguir:

- **Proteção do Patrimônio Público:**

Mesmo sem ocupação regular, o prédio interditado abriga bens patrimoniais, equipamentos, documentos e infraestrutura que demandam proteção contínua contra furtos, vandalismo, invasões e sinistros. A ausência de circulação não elimina os riscos externos, especialmente em áreas urbanas com histórico de vulnerabilidade.

- **Prevenção de Ocorrências e Atuação Imediata:**

A vigilância armada garante presença física permanente, com capacidade de resposta imediata a qualquer tentativa de acesso indevido, movimentação suspeita ou emergência (como focos de incêndio ou alagamentos). A atuação ostensiva tem efeito dissuasivo e contribui para a preservação da integridade do imóvel e dos bens nele contidos.

- **Continuidade das Obrigações Contratuais e Administrativas**

A contratação está alinhada às diretrizes da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, que prevê a execução indireta de serviços contínuos essenciais à manutenção da estrutura administrativa. A interdição não extingue a responsabilidade da ANM sobre o imóvel, tampouco a necessidade de garantir sua segurança até que medidas corretivas ou de reocupação sejam adotadas.

- **Impedimento de Ocupações Irregulares**

A ausência de vigilância pode favorecer a ocupação indevida por terceiros, gerando riscos jurídicos, sociais e operacionais. A presença de vigilantes armados inibe esse tipo de ocorrência e permite controle efetivo sobre o acesso ao imóvel.

- **Complementaridade com Ações de Engenharia e Fiscalização**



Durante o período de interdição, é comum a realização de inspeções técnicas, vistorias, levantamentos estruturais e ações corretivas. A vigilância armada garante suporte à segurança dessas equipes, controle de acesso e proteção dos profissionais envolvidos.

- **Viabilidade Técnica e Econômica**

A contratação de postos fixos com dedicação exclusiva de mão de obra permite planejamento adequado, controle de custos e fiscalização efetiva da execução dos serviços. A solução é tecnicamente viável, juridicamente respaldada e operacionalmente necessária, mesmo em cenário de interdição.

## **Conclusão**

5.6. A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada, com dedicação exclusiva de mão de obra é **tecnicamente justificada como medida preventiva e estratégica para garantir a segurança do imóvel interditado da ANM**. A solução atende aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade dos serviços públicos e proteção do patrimônio, sendo a mais adequada diante do contexto atual.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **vigilância patrimonial armada**, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio da alocação de postos de vigilantes devidamente habilitados, conforme legislação vigente e normas da Polícia Federal, para atender as necessidades da Agência Nacional de Mineração – ANM, no prédio interditado, localizado no Setor de Autarquias Norte (SAN), Quadra 1, Bloco B, CEP 70041-903, Brasília/DF. O serviço será prestado de forma **contínua**, com cobertura definida pela Administração, visando garantir a proteção de bens públicos, a segurança de servidores e usuários, e a pronta resposta a situações de risco.

6.1.1. Códigos SIASG para o objeto a ser licitado::

**23647** – Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança – orgânica - 12 horas diurnas, de 2ª a domingo;

**23957** - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança – orgânica - 12 horas noturnas, de 2ª a domingo.

6.2. A prestação dos serviços deverá contemplar:

- Postos de vigilância armada distribuídos conforme o plano de segurança da unidade, com atuação ostensiva e preventiva;
- Profissionais qualificados, com formação específica e reciclagem periódica, conforme exigências legais;
- Equipamentos de apoio, como rádios comunicadores, detectores de metais, sistemas de alarme, coletes balísticos e armamento autorizado;
- EPIs e uniformes adequados, em conformidade com as normas de segurança e de identidade visual;
- Execução de rondas internas e externas, controle de acesso, fiscalização de cargas e veículos, e atuação em situações emergenciais;
- Integração com sistemas eletrônicos de segurança, quando disponíveis, para potencializar a eficiência da vigilância;
- Supervisão e fiscalização contratual, com servidor designado para acompanhar a execução dos serviços, realizar inspeções e atestar mensalmente a conformidade das atividades.

6.3. A contratação será realizada sob o regime de **execução indireta**, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, e deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.4. A empresa a ser contratada deverá demonstrar ter as condições necessárias para a execução dos **serviços continuados de Vigilância Patrimonial Armada**, de forma satisfatória quanto ao índice de medição de resultados definidos no Termo de Referência;

6.5. A contratada deverá comprovar os requisitos da habilitação (econômico, financeiro, jurídico e técnico);

6.6. O serviço que será contratado caracteriza-se como contínuo, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, pois será executado de forma rotineira e permanente, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação dos serviços de competência legal da ANM;

6.7. As empresas de vigilância para operarem nos Estados e Distrito Federal deverão observar o disposto na Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, anexo II deste ETP:

*Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

6.8. As empresas especializadas que operem nos Estados e Distrito Federal deverão apresentar:

- a) Autorização de funcionamento concedida pela Polícia Federal em conformidade com a Lei nº 14.967/2024;
- b) Revisão de autorização de funcionamento em conformidade com a Portaria DG/PF nº 18.045 de 17 de abril de 2023, alterada pela Portaria DG/PF nº 18.974 de 7 de maio de 2024;
- c) Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado ou Distrito Federal;
- d) Autorização da Polícia Federal para porte do armamento especificado no edital, no objetivo da prestação dos serviços de Segurança Patrimonial.

#### **Elementos fundamentais para que a contratação produza os resultados pretendidos pela ANM**

6.9. Iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço autorizando seu início;

6.10. Disponibilizar diariamente e integralmente todos os postos de trabalho, sem que ocorram faltas ou atrasos sem a devida cobertura;

6.11. Os funcionários deverão permanecer uniformizados durante o horário de trabalho e utilizar cartão de identificação (crachá) com foto, em local visível à altura do peito;

6.12. Atrasos e faltas deverão ser descontados do pagamento da empresa;

6.13. Em caso de eventual ausência motivada, por exemplo, por faltas, férias e licenças, a Contratada deverá providenciar a substituição do empregado posto a serviço da Contratante, sendo esta substituição comunicada prévia e formalmente ao Fiscal do Contrato;

6.14. Entrega de EPIs e Uniformes de modo oportuno e prévio aos funcionários;

6.15. Pronta resposta no caso de alterações dos horários da jornada de trabalho;

6.16. Os terceirizados deverão ter as competências técnicas e comportamentais exigidas para o desenvolvimento de suas tarefas.

6.17. Disponibilização de preposto atuante e em contato direto com os fiscais do contrato;

6.18. Observância às regras contratuais e à legislação, em especial a trabalhista e administrativa, que envolvem o serviço;

- 6.19. A Contratada deverá adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quando para a execução dos serviços em si, inclusive as normas internas e de segurança de trabalho com fornecimento de equipamentos apropriados, conforme legislação pertinente;
- 6.20. Para os casos de transgressões e/ou inobservância de cláusulas contratuais, das condições gerais, e deficiências técnicas na execução dos serviços (dolo, culpa ou vícios), a Contratante emitirá notificações à Contratada informando e qualificando os fatos constatados, e eventualmente solicitará providências corretivas.
- 6.21. É necessário o cumprimento da jornada de trabalho conforme o posto de serviço proposto: 12x36 horas, de segunda-feira a domingo.
- 6.23. O controle da frequência e pontualidade dos funcionários deverá ser realizado por meio de ponto eletrônico ou manual, de responsabilidade da Contratada.
- 6.24. Os funcionários terceirizados deverão estar permanentemente bem uniformizados e portando os EPIs necessários às suas atividades.
- 6.25. Os funcionários terceirizados deverão receber da empresa contratada os treinamentos e qualificações necessários para a realização das tarefas e operacionalização dos sistemas inerentes aos serviços.
- 6.26. Os funcionários terceirizados deverão possuir as competências técnicas e comportamentais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações e na Descrição de Cargos, anexo a este ETP, bem como apresentar a instrução formal exigida para seu cargo.
- 6.27. Não estão previstas horas extras para a prestação dos serviços.
- 6.28. A prestação dos serviços será realizada no seguinte endereço:

SIGLA da Unidade	CIDADE/UF	Endereço	CEP
ANM	Brasília - DF	Setor de Autarquias Norte (SAN), Quadra 1, Bloco B	70041-903

Instalação de escritório

- 6.29. A exigência de instalação de escritório físico na cidade de **Brasília/DF ou entorno** tem como objetivo garantir maior eficiência, controle e agilidade na prestação dos serviços contratados. A presença local da contratada permite:
- a) a gestão administrativa e operacional da mão de obra alocada, permitindo supervisão constante, atendimento imediato a intercorrências e comunicação direta com as equipes;
  - b) o gerenciamento logístico local de materiais e equipamentos, incluindo o controle de estoque e a distribuição ágil que são cruciais para a efetividade dos serviços;
  - c) Disponibilidade imediata de equipe técnica e administrativa: Garantir que os profissionais estejam acessíveis para atender às demandas do contrato com prontidão, evitando atrasos e prejuízos à execução.

Dos profissionais que prestarão os serviços:

- 6.29. Os serviços de vigilância serão executados por profissionais qualificados, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e Portaria DG/PF nº 18.045, de 17 de abril de 2023, alterada pela Portaria DG/PF nº 18.974, de 07 de maio de 2024.
- 6.30. Cargo Vigilante - CBO 5173-30 (Anexo I do ETP);

CATEGORIA PROFISSIONAL	CATSER	CBO
Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12 Horas Diurnas - Segunda-feira a Domingo	23647	5173-30

Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12 Horas Noturnas - Segunda-feira a Domingo		23957	
<b>Requisitos Profissionais</b>	A empresa a ser contratada deverá comprovar que os vigilantes designados aos postos de trabalho atendem aos requisitos profissionais fixados na Portaria DG/PF nº 18.045 /2023.		
<b>Descrição sumária das atribuições</b>	Vigiam dependências e áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. controlam objetos e cargas. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.		
<b>Formação e experiência</b>	Ensino fundamental e cumprimento de carga horária mínima de 200 (duzentas) horas para os cursos de formação e de 50 (cinquenta) horas para os cursos de aperfeiçoamento e atualização..		
<b>Condições gerais de exercício</b>	Assalariado, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança. Trabalho individual, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos e escala, sujeitos a risco de morte e trabalho sob pressão constante.		
	<p><b>ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas</li> <li>-Rondar as dependências do local de trabalho</li> <li>-Ligar e desligar sistemas de iluminação e equipamentos</li> <li>-Ligar cabine de força</li> <li>-Verificar o uso do EPIs</li> <li>-Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos</li> <li>-Desligar sistemas de iluminação e equipamentos</li> <li>-Apartar brigas</li> <li>-Providenciar socorros médicos</li> <li>-Prestar primeiros socorros</li> <li>-Solicitar reparos</li> <li>-Trocar lâmpadas</li> <li>-Fotografar ocorrências</li> <li>-Prevenir e combater incêndios</li> <li>-Credenciar empresas, veículos e pessoas</li> </ul> <p><b>FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Vistoriar bagagens</li> <li>-Revistar pessoas</li> <li>-Revistar veículos</li> <li>-Revistar mercadorias, cargas e bagagens</li> <li>-Revistar recintos</li> <li>-Realizar varreduras</li> </ul>		

<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos</li> <li>-Inspeccionar a integridade das cargas</li> </ul> <p><b>RECEPCIONAR PESSOAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Recepcionar e identificar pessoas</li> <li>-Abordar condutor e passageiros</li> <li>-Consultar a pessoa a ser visitada</li> <li>-Analisar o comportamento de pessoas</li> <li>-Abordar pessoas</li> <li>-Encaminhar pessoas</li> <li>-Acompanhar o visitante</li> <li>-Controlar a movimentação interna das pessoas</li> <li>-Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas</li> <li>-Requisitar transporte</li> <li>-Impedir a entrada de pessoas</li> <li>-Controlar o acesso de veículos</li> </ul> <p><b>CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Verificar a documentação da carga/encomenda</li> <li>-Conferir a mercadoria e carga</li> <li>-Apreender objetos ilícitos e irregulares</li> <li>-Acompanhar a entrega da carga/encomenda dentro do local de trabalho</li> <li>-Identificar objetos achados e perdidos para devolução</li> <li>-Verificar documentação do condutor da carga</li> <li>-Solicitar remoção de cargas em locais inadequados</li> </ul> <p><b>COMUNICAR-SE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Relatar ocorrências</li> <li>-Interagir com órgãos oficiais</li> <li>-Prestar informações ao público</li> <li>-Solicitar a presença de autoridade competente</li> <li>-Comunicar ocorrências de cargas irregulares</li> <li>-Informar visitantes sobre normas de segurança</li> <li>-Comunicar-se através de gestos e sinais</li> <li>-Preencher relatórios de ocorrências</li> </ul> <p>-Outras atividades compatíveis desempenhadas pela categoria</p>
<b>Competências Pessoais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Demonstrar atenção</li> <li>-Trabalhar em equipe</li> <li>-Demonstrar autocontrole</li> <li>-Demonstrar pró-atividade</li> <li>-Demonstrar iniciativa</li> <li>-Demonstrar capacidade de contornar situações adversas</li> <li>-Outras, compatíveis com as atividades da categoria</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ser brasileiro, nato ou naturalizado</li> <li>-Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos</li> <li>-Ter concluído todas as etapas do ensino fundamental</li> <li>-Ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico</li> </ul>

<b>Requisitos da Lei 14.967 /2024</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não ter antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso de cumprimento de pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos do arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)</li> <li>- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares</li> <li>- Ter sido considerado apto e, exame de saúde física, mental e psicológica</li> <li>- Estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada</li> </ul>
---------------------------------------	---

### Justificativa da natureza continuada dos serviços

6.31. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender a uma necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, c/c com a Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que diz, em seu Art. 15:

*“os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.*

6.32. A contratação dos serviços em tela tem natureza continuada por serem necessários ao atendimento às necessidades institucionais, de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando, assim, o funcionamento de atividades finalísticas da instituição.

### Justificativa de Serviços Comuns

6.33. Além de ser prestado de forma contínua, o objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em consonância com a alínea 'c' do item 2.7 do Anexo V da Instrução Normativa SG/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

6.34. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.35. Ressalte-se que a prestação dos serviços aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### Justificativa dos cargos a serem contratados

6.36. Cabe mencionar que os cargos destinados a executar as atividades pretendidas nesta contratação foram extintos no serviço público federal pela Lei 9.632, de 1998.

*Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. (Art. 2º, Lei nº 9.632, de 1998). Grifou-se.*

6.37. A Lei 11.046, de 2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do extinto DNPM, e que normatiza o quadro de pessoal da ANM, não prevê a execução das atividades decorrentes desta contratação pelos servidores do órgão. Dessa forma, a Agência não dispõe de servidores especializados para realizar o tipo de serviço objeto desta contratação.

6.38. A Portaria MPDG nº 443, de 2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507, de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (Grifou-se)

[...]

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

(.....)

Os cargos utilizados para executar as atividades pretendidas atendem aos itens do art. 3º do Decreto 9.507/2018:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

I - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal

6.39. Desta forma, considerando a Lei 11.046/2004 e o Decreto nº 9.507/2018, verifica-se que a execução dos serviços pretendidos podem ser transferidos para iniciativa privada, para serem executados de forma indireta por empresa especializada no ramo.

### **Justificativa para a duração inicial do contrato**

6.40. A duração inicial do contrato será de 5 (cinco) anos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Art.105 e Art. 106:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.41. prorrogações da vigência contratual poderão ocorrer até o limite de 10 (dez) anos, conforme a Lei nº 14.133 /2021, Art. 107:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente

*atesta que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.*

6.42. A definição de um prazo contratual inicial de 60 (sessenta) meses visa proporcionar maior previsibilidade e segurança jurídica à futura contratada, favorecendo o planejamento de médio prazo e a alocação eficiente de recursos. Para Administração essa medida reduz a necessidade de renovações frequentes, o que implica em menor carga processual e menor custo administrativo. Além disso, contratos mais duradouros permitem o amadurecimento da relação contratual, potencializando a curva de aprendizado das partes envolvidas e promovendo ganhos progressivos de eficiência e qualidade na execução dos serviços.

### **Informações Complementares**

#### **6.43. Justificativa para opção pela Conta-Depósito Vinculada**

1. A jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) define a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, inclusive quando se trata de entidades públicas. Isso significa que, em caso de descumprimento das obrigações pela empresa contratada, a ANM poderá ser responsabilizada.
2. Diante desse cenário, considerando a vasta experiência da Agência Nacional de Mineração na gestão da Conta-Depósito Vinculada, a adoção dessa ferramenta, em detrimento do Pagamento pelo Fato Gerador, representa a estratégia mais eficiente para mitigar os riscos trabalhistas inerentes aos contratos de prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.
3. Importante destacar que o tratamento de riscos mediante a aplicação pelo Fato Gerador demanda uma estrutura organizacional robusta e com gestores altamente especializados em direito do trabalho, e que, no presente momento, a ANM conta com um quantitativo reduzido de gestores com as competências necessárias para gerir o Pagamento pelo Fato Gerador.
4. Diante disso, a Conta-Depósito Vinculada surge como uma ferramenta crucial de controle interno e gestão de riscos. Ela garante que os valores referentes a férias, 13º Salários, encargos previdenciários e multas rescisórias sejam provisionados em uma conta bancária específica, aberta em nome da contratada, mas com movimentação condicionada à expressa autorização da ANM. Essa característica assegura a disponibilidade dos recursos para o pagamento dos direitos dos trabalhadores no momento oportuno, minimizando o risco de passivos trabalhistas para a Agência.
5. Alinhado a isso, a vasta experiência da ANM na gestão da Conta-Depósito Vinculada é um fator determinante para a idealidade de sua adoção contínua. Tal experiência demonstra que a Agência já possui o domínio operacional dos procedimentos, a capacidade de fiscalização e o conhecimento dos parâmetros legais e modelos de aplicação da conta. Isso resulta em uma maior eficiência na operacionalização, menor probabilidade de erros e uma capacidade aprimorada de lidar com as peculiaridades dos contratos, garantindo a segurança jurídica e o cumprimento das obrigações contratuais.
6. Portanto, a adoção da Conta-Depósito Vinculada na futura contratação é a medida estratégica que se alinha à expertise da ANM, reforçando a proteção dos recursos públicos e a garantia dos direitos trabalhistas, em consonância com as melhores práticas de gestão de contratos públicos.

6.43. Vedação à Participação de Cooperativas: nos termos da Súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, não será permitida a participação de cooperativas. Esta disposição se aplica aos serviços que se pretende contratar, ante a necessidade de subordinação jurídica entre os colaboradores prestadores dos serviços e a contratada, razão pela qual a participação de cooperativa é vedada.

6.44. Vedação à Participação de Consórcio: no caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.



6.45. Plano Diretor de Logística Sustentável: o Plano Diretor de Logística Sustentável da ANM se encontra em elaboração (Processo SEI 48051.005820/2023-13).

6.46. Licitação não Exclusiva às ME/EPPs: estima-se que nenhum dos Itens possui custo estimado igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) anual.

6.47. Princípio da Padronização:

6.47.1. A padronização dos artefatos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para apoio administrativo, vigilância e limpeza está sendo buscado a cada novo processo, através da utilização dos últimos artefatos produzidos, visando seu aprimoramento e adaptando-os às novas leis e normativos externos e internos da ANM, utilizando-se os modelos disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal.

6.48. A exigência do item constante no Termo de Referência, que solicita a apresentação de declaração de saúde financeira assinada por profissional habilitado da área contábil, fundamenta-se no elevado valor envolvido e na natureza contínua dos serviços a serem prestados à ANM. Tal medida visa assegurar que a contratada tenha capacidade econômico-financeira, com vistas a garantir a regularidade e a qualidade da execução contratual ao longo de todo o período de vigência. O profissional habilitado da área contábil, ao assinar a declaração, assume a responsabilidade legal pelas informações contábeis apresentadas, reforçando a confiabilidade e a transparência do processo de licitação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de postos a serem contratados é o mínimo necessário para manter uma proteção adequada e, ao mesmo tempo, alinhada à disponibilidade orçamentária do órgão. Não se propõe mudanças nos quantitativos de postos e escala de trabalho adotados atualmente, que vêm apresentando bons resultados e atendendo às necessidades da ANM.

7.2. Segue abaixo quadro resumo do quantitativo de mão de obra necessária para a boa execução dos serviços na futura contratação:

Local	CBO	CATSER	POSTOS	ESCALA DE TRABALHO	HORÁRIO
ANM/Sede	5173-30	23647	01	Posto na escala de 12 (doze) horas <b>diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	7:00h às 19:00h
	5173-30	23957	01	Posto na escala de 12 (doze) horas <b>noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	19:00h às 7:00h

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A IN SEGES/MPDG nº 05/2017, assim dispõe no Anexo V, item 2.9., alínea "b":

*b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:*

*b.1) por meio do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a*

*natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;*

8.2. O valor estimado da presente contratação, demonstrada no quadro abaixo, é de R\$ 2.766.192,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil e cento e noventa e dois reais), para 60 (sessenta) meses, conforme apurado na Planilha de Custos e Formação de Preços - PCFP e Pesquisa de Mercado de Insumos (SEI 18462755), com observância do que dispõe o art. 6º, *caput*, §§ 3º e 4º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

CUSTO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL ( 60 meses)										
Planilha de Custo e Formação de Preços (*)										
Grupo	Item	Categoria Profissional	Local da prestação dos serviços	CBO	CATSER	Unidade	Quant	Custo estimado mensal	Custo Estimado por posto (12 meses)	Custo Estimado por posto (60 meses)
1	1	Prestação de serviços de vigilância armada DIURNA - (escala 12x36 h - 1 posto - 2 vigilantes)	Brasília/DF	5173-30	23647	posto	1	R\$ 20.587,97	R\$ 247.055,64	R\$ 1.235.278,20
	2	Prestação de serviços de vigilância armada NOTURNA (escala 12x36 h - 1 posto - 2 vigilantes)	Brasília/DF	5173-30	23957	posto	1	R\$ 25.515,23	R\$ 306.182,76	R\$ 1.530.913,80
Custo Estimado Total para o Grupo									R\$ 553.238,40	R\$ 2.766.192,00

(\*) O preço cotado deverá incluir todos os encargos sociais e trabalhistas, despesas com suporte técnico e administrativo, tributos, seguros, taxas e quaisquer outros custos que possam incidir sobre a prestação dos serviços. Não serão admitidos acréscimos decorrentes de expectativa inflacionária, devendo ainda ser considerados os descontos eventualmente concedidos.

8.3. A estimativa do valor da contratação tomou como base:

**a. Salários:**

a.1. os valores dos salários serão os estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) das categorias profissionais envolvidas, pois todos os cargos a serem contratados têm seu piso salarial fixado na respectiva CCT;

a.2. A utilização dos salários constantes nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT de cada categoria visa atender aos Acórdãos nº 2758/2018 e nº 3448/2022 do TCU, conforme abaixo:

*SALÁRIO NORMATIVO, CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO e FIXAÇÃO EM PATAMAR SUPERIOR.*

*ACÓRDÃO Nº 2758/2018 – TCU – Plenário.*

*9.3. determinar ao Senado Federal, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, considerando a significativa discrepância, sem motivação, entre os salários fixados no edital (...) e aqueles estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho e em outras contratações da Administração Pública, sem comprovação da observância ao art. 3º da Lei 8.666/1993:*

*9.3.1. se abstenha de prorrogar o contrato decorrente do certame e adote, no curso de sua vigência, as providências necessárias à realização de novo certame licitatório, a exemplo da realização de pesquisas*

de mercado (em outras contratações públicas) e em convenções coletivas de trabalho, a fim de definir os salários-base das categorias de profissionais a serem contratados em nova licitação, de modo a expurgar do futuro certame a possibilidade de ocorrência das irregularidades observadas (...), promovendo, assim, a compatibilidade com as atividades a serem desempenhadas e a qualificação exigida; (...)

9.4. dar ciência à Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU 265/2014, da seguinte falha, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. falta de comprovação da observância ao art. 3º da Lei 8.666/1993 (...), tendo em vista a fixação, no edital, de salários acima daqueles estabelecidos nas convenções coletivas e de outras contratações da Administração Pública, sem aparente motivação, considerando o caráter rotineiro e ausente de complexidade das tarefas a serem desempenhadas pelos funcionários;

#### **TERCEIRIZAÇÃO e FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL SUPERIOR À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.**

ACÓRDÃO Nº 3448/2022 – TCU – 2ª Câmara.

9.2. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que (...) adote as seguintes medidas:

9.2.1. abstenha-se de promover a atual ou eventual prorrogação (...), diante das irregularidades detectadas no presente feito a partir das falhas na pesquisa de preços em prol da fundamentação dos salários para Assistente Administrativo I e II em patamar superior, respectivamente, a 96,07% e 85,05% sobre o definido como piso salarial na CCT da equivalente categoria, contrariando, entre outros, os arts. 3º, 5º e 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, até porque a correspondente empresa não teria o eventual direito subjetivo à superveniente prorrogação do aludido contrato público, mas apenas a mera expectativa de direito sobre essa medida, já que a futura prorrogação contratual estaria sob a eventual discricionariedade da administração pública, não merecendo, todavia, essa prorrogação ser legitimamente promovida diante da referida contratação em evidente dissonância com a proposta mais vantajosa para a administração pública; (...)

9.3. promover o envio da correspondente ciência preventiva e corretiva, (...) sobre as falhas ora identificadas no presente processo, devendo, especialmente, atentar para a plena e efetiva necessidade de evitar a recorrência da falha pela fixação de piso salarial para os cargos contratados em valor superior ao fixado na respectiva convenção coletiva de trabalho da categoria profissional, sem a devida comprovação, ainda, de que os valores contratados seriam compatíveis com os preços praticados pelo mercado, em desacordo com o art. 5º, VI, da IN SEGES-MP n.º 5, de 2017, e com a jurisprudência fixada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 1.097/2019-TCU-Plenário;

a.3. A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) utilizada como referência para a estimativa do valor da contratação foi a seguinte:

Cargo	CCT 2025/2025	Vigência
Vigilante	DF000685/2025	01/01/2025 a 31/12/2025

#### **b. Vale transporte**

b.1. As tarifas de vale-transporte foram estimadas conforme os valores praticado na localidade onde os serviços serão prestados, conforme informado a seguir:

SIGLA da Unidade	CIDADE/UF	Endereço	CEP
ANM/Sede	Brasília/DF	SAN Quadra 01 Bloco B	70041-903

b.2. A planilha de custos está fundamentada no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo aplicável à categoria profissional, na correta aplicação dos benefícios obrigatórios, como o vale-transporte, desde que previstos no instrumento coletivo e aplicáveis a todos os trabalhadores da categoria.

#### **c. Uniformes, Materiais e Equipamentos**

- c.1. Os uniformes deverão ser fornecidos em conformidade com a CLÁUSULA QUADRADÉSIMA QUINTA - USO E FORNECIMENTO DO UNIFORME, da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) nº DF000685/2025.
- c.2. Para a composição dos valores estimados, foram realizadas pesquisas de preços conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, cujos resultados foram registrados nos respectivos itens da Planilha de Composição de Formação de Preços (PCFP).

**d. Insumos, Tributos e Lucro**

- d.1. O cálculo dos insumos, tributos e margem de lucro foi realizado conforme os critérios descritos a seguir:
- d.1.1. Mão de obra: salários, encargos sociais (INSS, FGTS, férias, 13º salário, etc.), benefícios previstos na CCT (vale-transporte, alimentação, assistência médica, etc.).
- d.1.2. Materiais e equipamentos: uniformes, EPIs, ferramentas, entre outros.
- d.1.3. Despesas operacionais: treinamentos, deslocamentos, comunicação, etc.

**9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

- 9.1. Em regra, conforme alínea "b", do art. 40, da Lei n.º 14.133/2021, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- 9.2. Todavia, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais, é prática comum nesse setor de prestação de serviço, as atividades serem executadas por uma única empresa contratada, pois os serviços e materiais demandados estão intrinsecamente ligados e o desmembramento destes serviços e materiais em grupos diferentes poderia trazer grande dificuldade na prestação dos serviços por parte de diferentes empresas contratadas, causando assim uma dessincronização na execução.
- 9.3. É certo que no caso em questão aplica-se inequivocamente a expressa previsão inserta no item 3.8, do Anexo III, da IN n.º 05/2017-SEGES/MPDG, segundo a qual a obrigatoriedade de fracionamento (parcelamento) respeita limites de ordem técnica e econômica. Em consonância com o dispositivo legal aludido, eis que poderá ser feita a contratação conjunta se o parcelamento tornar o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provocar perda na economia de escala, já citado em Parecer 305/2015/CJU-MS/CGU/AGU.
- 9.4. Neste caso, a contratação será única e indivisível, envolvendo a prestação de serviços terceirizados de vigilância patrimonial, com o fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar o atendimento às necessidades institucionais. Formato, este, economicamente mais viável e que tem os melhores resultados às especificidades da Unidade.
- 9.5. A centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos, favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.
- 9.6. Conforme Relatório do Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, ao passo que, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a Administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.
- 9.7. Abaixo, apresenta-se tabela demonstrativa que justifica a escolha de dois itens dentro de um único grupo.

	SIM	
--	-----	--

REQUISITO	/NÃO /NÃO SE APLICA	JUSTIFICATIVA
(Justificativa Técnica) - É tecnicamente viável dividir a solução sem gerar riscos indesejáveis?	NÃO	A divisão da solução poderá gerar riscos indesejáveis, principalmente na administração e fiscalização dos contratos.
(Justificativa Econômica) - É economicamente viável dividir a solução sem gerar custos adicionais?	NÃO	A divisão da solução não é viável, pois acarretará custos adicionais.
(Prejuízo ao Conjunto) - É viável dividir a solução sem ocasionar prejuízo ao conjunto dos itens?	NÃO	Mantendo-se o conjunto, a comunicação e interação entre os itens que integram a solução serão de melhor qualidade por estarem dentro de uma mesma empresa, melhorando a segurança como um todo na ANM/Sede
(Economia de Escala) - Há economia de escala ao dividir a solução?	NÃO	A economia de escala se dará com a união dos itens
(Competitividade) - Ao dividir a solução haverá aproveitamento do mercado e ampliação da competição?	NÃO	Na prática, as mesmas empresas competirão em ambos os itens da licitação
(Exclusividade para ME/EPP) - Itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 anual deverão ser exclusivo para ME/EPP. Isso será aplicado?	NÃO SE APLICA	Ambos os itens têm valor unitário anuais superiores a R\$ 80.000,00
(Exclusividade para ME/EPP) - Nos itens com valores superiores a R\$ 80.000,00 anual é viável a divisão desses itens de forma a criar lotes exclusivos para ME/EPP?	NÃO SE APLICA	Ambos os itens têm valores unitários anuais superiores a R\$ 80.000,00 e não há possibilidade de divisão do item
<b>CONCLUSÃO</b>		<b>Não parcelamento da solução</b>

9.8. O agrupamento em grupo único visa garantir a **padronização e uniformidade do serviço**, que será prestado no **mesmo local**, em **turnos distintos**, sob a mesma gestão contratual. Dessa forma, mantém-se a **coerência técnica e operacional** da contratação, sem comprometer a integridade do objeto.

9.9. Diante do exposto, a solução será estruturada em **dois itens**, agrupados em **um único grupo**, sem caracterizar parcelamento do objeto. Essa divisão se justifica exclusivamente pela **diferença na remuneração dos profissionais**, conforme o **turno de trabalho** em que atuarão (diurno e noturno), o que impacta diretamente na formação dos preços.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida contratação está alinhada ao Planejamento Anual de Contratação - PAC, conforme abaixo:

1. PCA: 2025;
2. ID PCA: 29406625000130-0-000002/2025;
3. Código de Contratação: 323102/000029/2025;
4. Item: 279;
5. Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;
6. Data da Inclusão no PCA: 04/04/2025.

## **12. Resultados Pretendidos**

12.1. Os resultados pretendidos com a pretensa contratação são os seguintes:

12.1.1. Por se tratar de prestação de serviço que envolve pessoal, a eficiência na execução dar-se-á pela alocação de profissionais devidamente qualificados e instrumentados para a execução da função de vigilante, bem como pelo atendimento às seguintes demandas, resguardando o órgão da elevação de despesas com pessoal:

12.1.1.1. Garantir a segurança do patrimônio público alocado no prédio interditado, prevenindo furtos, invasões e depredações;

12.1.1.2. Assegurar o controle de acesso ao imóvel, evitando a entrada não autorizada de pessoas, veículos ou materiais;

12.1.1.3. Preservar a integridade física de servidores, colaboradores ou prestadores de serviço que eventualmente necessitem acessar o local para atividades pontuais, como inspeções, manutenções ou vistorias técnicas;

12.1.1.4. Garantir o cumprimento da legislação vigente, das normas internas e da ordem pública nas imediações do imóvel sob responsabilidade da ANM.

12.2. Sob a perspectiva financeira e administrativa, a presente contratação representa medida estratégica para a proteção do patrimônio público e a mitigação de riscos, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e a continuidade das ações institucionais, mesmo diante da interdição do imóvel.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. A ANM possui contratos similares à presente contratação em suas Unidades, não se vislumbrando necessidades específicas de adequação dos ambientes.

13.2. Por se tratar de serviço especializado, cuja mão de obra deve ser previamente capacitada pelo fornecedor contratado, estando já devidamente habilitada para o exercício de sua atividade técnica, devidamente uniformizada, bem como munida de suas ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção individual, não será necessário que a Administração contratante invista em treinamentos, materiais e/ou equipamentos específicos para o serviço em questão, contratado por período predeterminado;

13.3. Devem ser providenciados banheiro, local de vestuário e guarda dos pertences da mão de obra envolvida.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada pode gerar impactos ambientais indiretos, no entanto, no que couber, os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

## 14.2. Os principais impactos ambientais identificados foram:

14.2.1. Consumo de energia elétrica para operação de equipamentos de comunicação, iluminação e monitoramento;

14.2.2. Geração de resíduos sólidos e perigosos, como uniformes, baterias, cartuchos de munição e embalagens de insumos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto ao longo deste Estudo Técnico, concluiu-se pela viabilidade da contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### FRANCISCO CLESIO BARBOSA DE OLIVEIRA

Integrante Requisitante - Titular



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 11:50:51.*

### ANTONIO JOSE NOGUEIRA DOS SANTOS

Integrante Técnico - Titular



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 13:28:34.*

### NEWTON TAKESHI OKUNO

Integrante Administrativo - Substituto



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 12:00:19.*





## Relatório da Família

Código	Títulos
5173	Vigilantes e guardas de segurança

### Títulos

5173-05 - VIGILANTE DE PROTEÇÃO DE AEROPORTO - Vigilante de aeroporto

5173-10 - AGENTE DE SEGURANÇA - Segurança comunitário, Segurança de evento, Segurança pessoal

5173-20 - VIGIA FLORESTAL - Guarda-rural, Guarda-territorial, Inspetor de guarda-territorial, Mateiro-guarda florestal

5173-25 - VIGIA PORTUÁRIO

5173-30 - VIGILANTE - Agente de segurança ferroviária, Assistente de segurança, Auxiliar de segurança, Auxiliar de serviço de segurança, Encarregado de portaria e segurança, Encarregado de segurança, Encarregado de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de segurança, Fiscal de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de vigilância bancária, Guarda de banco - organizações particulares de segurança, Guarda de segurança, Guarda de segurança - empresa particular de segurança, Guarda de vigilância, Guarda ferroviário, Guarda valores, Guarda vigia, Guarda-civil, Guarda-costas, Inspetor de vigilância, Ronda - organizações particulares de segurança, Rondante - organizações particulares de segurança, Vigilante bancário

### Descrição sumária

Vigiam, de forma ativa, dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades. Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos; escoltam pessoas e mercadorias; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

### Formação e experiência

O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

### Condições gerais de exercício

São, em geral, assalariados, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança e de transporte terrestre, aéreo ou aquaviário. Podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos ou escala. Trabalham em grandes alturas, confinados ou em locais subterrâneos. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas.

### Esta família não compreende

### Consulte

Código internacional CIUO88

**Notas**

Vigilantes: lei nº 7.102, de 20/06/1983 - dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores e dá outras providências. Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 - regulamenta a lei nº 7.102, de 20.06.1983. Decreto nº 1.592, de 10/08/1995 - altera dispositivos do decreto nº 89.056, de 24/11/1983, que regulamenta a lei nº 7.102/83.

**Gacs****A - ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO**

- A.1 - Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas
- A.2 - Rondar as dependências do local de trabalho
- A.3 - Ligar sistemas de iluminação e equipamentos
- A.4 - Ligar cabine de força
- A.5 - Verificar o uso do epi
- A.6 - Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos
- A.7 - Desligar sistemas de iluminação e equipamentos
- A.8 - Desenergizar linha do metrô para proteção do usuário
- A.9 - Apartar brigas
- A.10 - Providenciar socorros médicos
- A.11 - Solicitar reparos
- A.12 - Trocar lâmpadas
- A.13 - Resgatar pessoas acidentadas na via
- A.14 - Fotografar ocorrências
- A.15 - Prevenir incêndios
- A.18 - Combater incêndios
- A.19 - Prestar primeiros socorros

**B - FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO**

- B.1 - Vistoriar bagagens utilizando equipamento de raio x
- B.2 - Revistar pessoas
- B.3 - Revistar veículos
- B.5 - Revistar recintos
- B.6 - Realizar varreduras
- B.7 - Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos
- B.8 - Inspecionar a integridade das cargas
- B.9 - Conduzir infratores à delegacia

**C - RECEPCIONAR PESSOAS**

- C.1 - Identificar pessoas
- C.2 - Entrevistar passageiros
- C.3 - Consultar a pessoa a ser visitada
- C.4 - Analisar o comportamento de pessoas
- C.5 - Abordar pessoas
- C.6 - Encaminhar pessoas
- C.7 - Acompanhar o visitante
- C.8 - Controlar a movimentação interna das pessoas
- C.9 - Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas
- C.10 - Recepcionar autoridades
- C.11 - Requisitar transporte

**D - CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS**

- D.1 - Verificar a documentação da carga
- D.2 - Conferir a mercadoria e carga

D.3 - Apreender objetos ilícitos e irregulares

D.4 - Acompanhar a entrega da carga dentro do local de trabalho

D.5 - Identificar objetos achados e perdidos para devolução

## E - ESCOLTAR PESSOAS E MERCADORIAS

E.1 - Informar-se sobre o número de pessoas a serem escoltadas

E.2 - Inteirar-se sobre a natureza da mercadoria a ser transportada

E.3 - Traçar o itinerário a ser percorrido e rotas alternativas

E.4 - Definir a escolta a ser utilizada

E.5 - Avaliar condições da área de destino

E.6 - Desviar de obstáculos e obstruções no trajeto

E.7 - Percorrer o trajeto preestabelecido

E.8 - Posicionar o veículo de forma a proteger o escoltado

E.9 - Estacionar o veículo atentando para rotas de fuga

E.10 - Adaptar percurso

## F - VIGIAR PARQUES E RESERVAS FLORESTAIS

F.1 - Investigar na floresta os vestígios da ação de infratores

F.2 - Observar focos de incêndio do alto da torre de observação

F.3 - Localizar o foco de incêndio utilizando visada de azimute

F.4 - Movimentar-se em silêncio pela floresta para flagrar os infratores

F.5 - Reprimir a pesca predatória e a caça

F.6 - Apreender redes, facões, armas, armadilhas, gaiolas e outros

F.7 - Socorrer a fauna

F.8 - Embargar área em situação irregular

F.9 - Colher sementes de árvores nativas

F.10 - Afiar foices e enxadas

F.11 - Limpar o acesso às fontes de água

F.12 - Inspeccionar o estado de placas de sinalização

## Y - COMUNICAR-SE

Y.1 - Relatar ocorrências

Y.2 - Interagir com órgãos oficiais

Y.3 - Prestar informações ao público

Y.4 - Comunicar ocorrências navais e contra o meio-ambiente

Y.5 - Catalogar a fauna e seus hábitos

Y.6 - Solicitar a presença de autoridade competente

Y.7 - Comunicar ocorrências de cargas irregulares

Y.8 - Informar visitantes sobre normas de segurança

Y.9 - Comunicar-se com a base durante a escolta

Y.10 - Informar aos presos os direitos e deveres e as normas

Y.12 - Comunicar-se através de gestos e sinais

## Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Z.1 - Demonstrar atenção

Z.2 - Trabalhar em equipe

Z.3 - Demonstrar autocontrole

Z.4 - Demonstrar pró-atividade

Z.5 - Demonstrar iniciativa

Z.6 - Demonstrar capacidade de contornar situações adversas

## Recursos de trabalho

Equipamento de proteção individual

Uniforme

Cacetete

Veículo, viatura, jipe 4x4

Circuito Fechado De Tv

Revólver/pistola

Equipamento De Raio X

Macacão térmico, máscara de proteção

Lanterna

Detector De Metais - Pórtico E Bastão Eletrônico

Caminhão bombeiro

Gonômetro

Algemas

Aparelho telefônico, rádio transmissor ht

Bastão tonfa de defesa

Bomba d'água costal

Colete balístico

Binóculo e apito

Maca e prancha

Capacete

Luvas de proteção

Protetor auricular

Bota e sapato de segurança, coturno

Calculadora

## **Ocupações e seus Recursos**

**Vigilante de proteção de aeroporto**

**Agente de segurança**

**Vigia florestal**

**Vigia portuário**

**Vigilante**

## **Participantes da descrição**

### **Especialistas**

Alexandre Savedra

Joel Steyka Silva

Luiz Roberto Gomes

Marco Jamil De Souza

Vilmar Soares Dos Santos

### **Instituições**

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SINDICATO DOS PORTUÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Instituição conveniada responsável**

Ministério Do Trabalho E Emprego - Mte

**Glossário**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024**

**Mensagem de veto**

Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, para dispor sobre os serviços de segurança de caráter privado, exercidos por pessoas jurídicas e, excepcionalmente, por pessoas físicas, em âmbito nacional, e para estabelecer as regras gerais para a segurança das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País.

Parágrafo único. A segurança privada e a segurança das dependências das instituições financeiras são matérias de interesse nacional.

**CAPÍTULO II**

**DO SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA**

Art. 2º Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, neste último caso, em proveito próprio, com ou sem utilização de armas de fogo e com o emprego de profissionais habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido.

Parágrafo único. É vedada a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma.

Art. 3º A prestação de serviços de segurança privada observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público e as disposições que regulam as relações de trabalho.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas contratantes dos serviços de segurança privada regulados por esta Lei não poderão adotar modelos de contratação nem definir critérios de concorrência e de competição que prescindam de análise prévia da regularidade formal da empresa contratada.

Art. 4º A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40.

Art. 5º Sem prejuízo das atribuições das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública e do sistema prisional, são considerados serviços de segurança privada, para os fins desta Lei, nos termos de regulamento:

I – vigilância patrimonial;

II – segurança de eventos em espaços de uso comum do povo;

III – segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos;

IV – segurança perimetral nas muralhas e guaritas;

V – segurança em unidades de conservação;

VI – monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores;

VII – execução do transporte de numerário, bens ou valores;

VIII – execução de escolta de numerário, bens ou valores;

IX – execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas;

X – formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada;

XI – gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores;

XII – controle de acesso em portos e aeroportos;

XIII – outros serviços que se enquadrem nos preceitos desta Lei, na forma de regulamento.

§ 1º Os serviços descritos nos incisos I, IV, V, VII, VIII, IX, X e XII do *caput* poderão ser prestados com utilização de armas de fogo, nas condições definidas em regulamento.

§ 2º Os serviços previstos no inciso XIII do *caput*, a depender de suas naturezas e de suas características particulares, poderão ser prestados com ou sem a utilização de armas de fogo de uso permitido, o que dependerá, em qualquer caso, de autorização da Polícia Federal.

§ 3º Os serviços previstos nos incisos I a X e os previstos nos incisos XII e XIII do *caput* poderão ser prestados utilizando-se armas de menor potencial ofensivo, conforme regulamento.

§ 4º A prestação do serviço previsto no inciso I do *caput* abrange a segurança exercida com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio de estabelecimentos públicos ou privados, bem como de preservar a integridade física das pessoas que se encontrem nos locais a serem protegidos, além do controle de acesso e permanência de pessoas e veículos em áreas públicas, desde que autorizado pelos órgãos competentes, ou em áreas de uso privativo.

§ 5º A Polícia Federal, nas hipóteses por ela definidas, e a autoridade local competente deverão ser informadas acerca da utilização de serviço de segurança privada nos locais mencionados no inciso II do *caput*.

§ 6º A Polícia Federal poderá autorizar, respeitadas as normas de segurança específicas aplicáveis a cada meio de transporte, o emprego de armas de fogo para a prestação dos serviços previstos no inciso III do *caput*.

§ 7º A atividade de segurança privada não exclui, impede ou embaraça as atividades dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas.

Art. 6º O serviço de transporte previsto no inciso VII do *caput* do art. 5º, sempre que envolver suprimento ou recolhimento de numerário ou valores das instituições financeiras, será realizado mediante emprego de veículos especiais blindados, com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) vigilantes especialmente habilitados, dos quais 1 (um) exercerá a função de vigilante-motorista.

§ 1º No serviço de escolta, previsto no inciso VIII do *caput* do art. 5º, poderão ser utilizados veículos especiais blindados, nas hipóteses definidas em regulamento.

§ 2º Além dos serviços correlatos estabelecidos em regulamento, as empresas autorizadas a prestar os serviços de transporte de numerário, bens ou valores poderão:

I – transportar chave de cofre, documento, malote e outros bens de interesse do contratante;

II – realizar o suprimento e o recolhimento de numerário, bem como acompanhar o atendimento técnico de caixas eletrônicos e equipamentos similares, vedadas a preparação e a contagem de numerário no local onde os

equipamentos se encontram instalados;

III – realizar a armazenagem, a custódia e o processamento do numerário e dos valores a serem transportados.

§ 3º É vedada a locomoção de veículos de transporte de numerário e de valores entre as 20h (vinte horas) e as 8h (oito horas), salvo em casos específicos previstos em regulamento.

§ 4º Os veículos especiais de transporte de numerário e de valores e de escolta armada são considerados prestadores de serviços de utilidade pública para fins da legislação de trânsito, gozando da prerrogativa de livre parada ou estacionamento.

§ 5º Regulamento disporá sobre as hipóteses de utilização, nas atividades descritas no *caput*, de veículo com blindagem da cabine de guarnição, dotado de dispositivo de proteção dos vigilantes e de tecnologia de proteção do numerário ou valores.

§ 6º No emprego dos veículos descritos no § 5º, será obrigatória a presença de, no mínimo, 2 (dois) vigilantes, 1 (um) dos quais na função de motorista.

§ 7º No malote a que se refere o inciso I do § 2º, deverá haver relação dos itens nele inseridos, conferida e assinada por um dos vigilantes encarregados do seu transporte.

Art. 7º A prestação do serviço de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, previsto no inciso VI do *caput* do art. 5º, compreende:

I – a elaboração de projeto que integre equipamentos eletrônicos utilizados em serviços de segurança privada;

II – a locação, a comercialização, a instalação e a manutenção dos equipamentos referidos no inciso I;

III – a assistência técnica para suporte à utilização dos equipamentos eletrônicos de segurança e a inspeção técnica deles.

§ 1º A inspeção técnica referida no inciso III do *caput* consiste no deslocamento de profissional desarmado ao local de origem do sinal enviado pelo sistema eletrônico de segurança para verificação, registro e comunicação do evento à central de monitoramento.

§ 2º (VETADO).

Art. 8º A empresa de serviço de segurança privada contratada para prestação de serviços nos eventos que, por sua magnitude e por sua complexidade, mereçam planejamento específico e detalhado, definidos em regulamento, deverá apresentar previamente projeto de segurança à autoridade local competente.

Parágrafo único. O projeto de segurança a que se refere o *caput* deste artigo deverá conter, entre outras exigências previstas em regulamento:

I – público estimado;

II – descrição da quantidade e da disposição dos vigilantes, conforme peculiaridades do evento;

III – análise de risco, que considerará:

a) tipo de evento e público-alvo;

b) localização;

c) pontos de entrada, saída e circulação do público;

d) dispositivos de segurança existentes.

Art. 9º Nos eventos realizados em estádios, ginásios e locais similares, poderá ser utilizado o serviço de segurança privada, em complemento e com integração à atividade dos órgãos de segurança pública.



Art. 10. As empresas de segurança privada poderão prestar serviços ligados à atividade de bombeiro civil, desenvolvida por profissionais capacitados, nos termos da [Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009](#), vedado o exercício simultâneo das funções de vigilância e de prevenção e combate a incêndios pelo mesmo profissional.

Parágrafo único. O integrante de Corpo de Bombeiros Militar dos Estados ou do Distrito Federal, quando na inatividade, será considerado habilitado a exercer a atividade de bombeiro civil, respeitados os requisitos estabelecidos na [Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009](#), de modo especial o contido em seu art. 4º quanto às classificações das funções de bombeiro civil.

Art. 11. É vedada a utilização de produtos controlados de uso restrito na prestação de serviços de segurança privada, salvo nos casos definidos em regulamento.

### CAPÍTULO III

#### DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 12. Para os efeitos desta Lei, consideram-se prestadores de serviço de segurança privada as pessoas jurídicas autorizadas a prestar os serviços previstos no art. 5º.

Art. 13. São prestadores de serviço de segurança privada:

I – as empresas de serviço de segurança privada que prestam os serviços previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, XI e XII do *caput* do art. 5º desta Lei;

II – as escolas de formação de profissional de segurança privada que conduzem as atividades constantes do inciso X do *caput* do art. 5º desta Lei;

III – as empresas de monitoramento de sistema eletrônico de segurança privada que prestam os serviços descritos no inciso VI do *caput* do art. 5º desta Lei.

§ 1º É permitido às empresas constantes do inciso I do *caput* o uso de sistemas eletrônicos de segurança e monitoramento para a prestação dos serviços descritos no citado dispositivo.

§ 2º As empresas referidas nos incisos II e III do *caput* não poderão oferecer os serviços descritos no inciso I do *caput*.

§ 3º A Polícia Federal classificará as empresas que prestarem exclusivamente os serviços descritos no inciso XIII do *caput* do art. 5º em alguma das previsões dos incisos I a III do *caput* deste artigo.

§ 4º Os prestadores de serviço de segurança privada e as empresas e condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada poderão utilizar animais para a execução de suas atividades, conforme o disposto em regulamento.

Art. 14. O capital social mínimo integralizado e necessário para obtenção da autorização para o desenvolvimento das atividades dos prestadores de serviço de segurança privada será:

I – de R\$ 2.920.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte mil reais) para as empresas de transporte de numerário, bens ou valores, de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais) para as empresas de gerenciamento de risco em operações de transporte de numerário, bens ou valores e de R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais) para as demais empresas de serviço de segurança;

II – de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais) para as escolas de formação de profissionais de segurança; e

III – de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais) para as empresas de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança privada.

§ 1º No caso de prestação simultânea de dois ou mais serviços constantes do art. 5º, deverão ser somados aos mínimos previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais) por

serviço adicional autorizado, nos termos desta Lei.

§ 2º O valor referido na parte final do inciso I do *caput* será reduzido a 1/4 (um quarto) quando as empresas de serviço de segurança privada que prestem exclusivamente os serviços de segurança patrimonial e de eventos, previstos nos incisos I e II do *caput* do art. 5º, atuarem sem utilização de arma de fogo.

§ 3º Os prestadores de serviço de segurança privada deverão comprovar a constituição de provisão financeira ou reserva de capital, ou contratar seguro-garantia, para adimplemento de suas obrigações trabalhistas, tributárias, previdenciárias e oriundas de responsabilização civil.

§ 4º Os valores previstos neste artigo serão revisados periodicamente na forma de regulamento.

Art. 15. A autorização de funcionamento dos prestadores de serviço de segurança privada será renovada periodicamente, na forma do inciso II do *caput* do art. 40.

Art. 16. Para a prestação de serviços de segurança privada, os prestadores referidos no art. 13 empregarão profissionais habilitados nos termos previstos nos incisos I a VI do *caput* do art. 26.

Art. 17. As armas empregadas na prestação de serviços de segurança privada serão de propriedade dos prestadores de serviço de segurança privada e deverão ter:

I – cadastro obrigatório no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), nos termos de legislação específica;

II – registro e controle pela Polícia Federal.

Parágrafo único. No caso em que as armas e os produtos controlados de uso permitido tenham sido adquiridos de outro prestador de serviço de segurança privada, a Polícia Federal poderá autorizar, durante a tramitação do pedido de transferência de registro previsto no *caput*, o uso das armas e dos demais produtos até a expedição do novo registro.

Art. 18. A Polícia Federal deverá instituir sistema informatizado, com finalidade de promover o cadastramento dos prestadores de serviço de segurança privada, das empresas e dos condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, dos sistemas de segurança das instituições financeiras e dos profissionais de segurança privada.

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre:

I – compartilhamento de dados e informações do sistema informatizado entre os órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, observados o sigilo legal e os níveis de acesso estabelecidos;

II – procedimento de divulgação das informações para controle social.

Art. 19. A autorização para funcionamento dos prestadores de serviço de segurança privada e sua renovação são condicionadas ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I – comprovação de que os sócios ou proprietários não possuíram cotas de participação em empresas prestadoras de serviço de segurança privada cujas atividades tenham sido canceladas nos últimos 5 (cinco) anos, em decorrência do disposto no inciso III do *caput* do art. 46;

II – nos processos de renovação, comprovação do pagamento das multas aplicadas em decorrência do descumprimento dos preceitos desta Lei;

III – certidões de regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária da empresa e de seus sócios ou proprietários;

IV – comprovação da origem lícita do capital investido, quando houver indícios de irregularidades, nas hipóteses definidas em regulamento;

V – apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais pela prática de crime doloso dos sócios ou proprietários, administradores, diretores, gerentes e procuradores, obtidas nas justiças Federal, Estadual, Militar da União e das unidades da Federação e Eleitoral, nos locais em que tenham residido nos últimos 5 (cinco) anos;

VI – (VETADO);

VII – capital social mínimo integralizado de acordo com o disposto no art. 14.

## **Seção II**

### **Da Empresa de Serviços de Segurança Privada**

Art. 20. Empresa de serviços de segurança é a pessoa jurídica, obrigatoriamente constituída na forma de sociedade limitada ou anônima de capital fechado ou aberto com ações não negociáveis em bolsa, com o fim de prestar os serviços previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, XI, XII e XIII do *caput* do art. 5º desta Lei, além dos serviços correlatos definidos em regulamento.

§ 1º A autorização prevista no art. 19, no que tange às empresas de serviços de segurança, está condicionada ao atendimento dos requisitos específicos de cada serviço, estabelecidos em regulamento, de modo a garantir o controle estatal e a segurança e a eficiência do serviço, observados:

I – tipos de serviço de segurança privada realizados pela mesma empresa;

II – adequação das instalações físicas, que considerará:

a) uso e acesso exclusivos ao estabelecimento;

b) local seguro para a guarda de armas e munições;

c) alarme e sistema de circuito interno e externo de imagens, com armazenamento em tempo real, em ambiente protegido;

d) vigilância patrimonial ininterrupta;

III – quantidade e especificações dos veículos utilizados na prestação dos serviços de segurança privada;

IV – quantidade mínima e qualificação dos profissionais de segurança para cada serviço;

V – natureza e quantidade das armas, das munições e de demais produtos controlados e equipamentos de uso permitido;

VI – sistema de segurança das bases operacionais das empresas autorizadas a prestar o serviço de transporte de numerário, bens ou valores.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Art. 21. Para a execução de suas atividades, a empresa de serviços de segurança poderá utilizar diferentes tecnologias, observados os limites legais.

## **Seção III**

### **Da Escola de Formação de Profissional de Segurança Privada**

Art. 22. Escola de formação de profissional de segurança privada é a pessoa jurídica constituída para prestar os serviços previstos no inciso X do *caput* do art. 5º.

Art. 23. Em caráter excepcional, a escola de formação de profissional de segurança privada poderá realizar atividade de ensino distinta das mencionadas no inciso X do *caput* do art. 5º, desde que destinada ao aprimoramento da segurança privada e autorizada pela Polícia Federal.

Parágrafo único. A escola de que trata este artigo poderá ceder suas instalações para aplicação de testes em atendimento às necessidades e às imposições do Sinarm, com vistas ao credenciamento de instrutores de tiro ou à comprovação técnica para aquisição e manuseio de armas de fogo, na forma da legislação específica que trata do assunto.

## Seção IV

### Da Empresa de Monitoramento de Sistemas Eletrônicos de Segurança

Art. 24. Empresa de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança privada é aquela constituída para prestar os serviços constantes do inciso VI do *caput* do art. 5º, exceto quanto à comercialização isolada de produtos relacionados a esses serviços.

Parágrafo único. As empresas referidas no *caput* poderão realizar o monitoramento remoto de quaisquer estabelecimentos, especialmente dos locais referidos nos incisos II, III, IV e V do *caput* do art. 5º, sem prejuízo da atuação das empresas de serviço de segurança.

## CAPÍTULO IV

### DOS SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 25. Serviços orgânicos de segurança privada são aqueles organizados facultativamente por pessoa jurídica ou condomínio edilício, para a realização de quaisquer dos serviços previstos no art. 5º, no que couber, exceto o disposto no inciso X de seu *caput*, desde que em proveito próprio, para a segurança de seu patrimônio e de seu pessoal.

§ 1º Os serviços orgânicos de segurança privada serão instituídos no âmbito da própria empresa ou condomínio edilício e com a utilização de pessoal próprio, vedada a prestação de serviços de segurança a terceiros, pessoa natural ou jurídica.

§ 2º Aplica-se às empresas e aos condomínios edifícios possuidores de serviço orgânico de segurança privada o disposto nos arts. 15, 16, 17 e nos incisos I a VI do art. 19.

§ 3º Para o exercício de suas atividades, o prestador de serviços orgânicos de segurança privada poderá utilizar-se:

I – de armas de fogo e de armas de menor potencial ofensivo, de sua propriedade, na forma regulada pelos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º;

II – da tecnologia disponível, inclusive de equipamentos eletrônicos de monitoramento, observados os limites legais.

§ 4º As empresas que não tenham o exercício de atividades de segurança privada como seu objeto social devem atender aos requisitos previstos nos §§ 2º a 5º do art. 20 desta Lei para realizarem serviços orgânicos de segurança privada.

§ 5º O disposto neste artigo não se refere aos serviços de controle de acesso de pessoas e de veículos prestados nas entradas dos estabelecimentos de pessoas jurídicas e condomínios edifícios, típicos serviços de portaria, desde que executados sem a utilização de armas de fogo.

§ 6º Para fins da aplicação desta Lei, equiparam-se a condomínios edifícios os conjuntos de casas, apartamentos, prédios residenciais, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, e outros, conforme regulamento, desde que possuam administração unificada e centralizada das partes comuns.

## CAPÍTULO V

### DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA

Art. 26. Para a prestação dos diversos serviços de segurança privada previstos nesta Lei, consideram-se profissionais de segurança privada:

I – gestor de segurança privada, profissional especializado, de nível superior, responsável pela:

a) análise de riscos e definição e integração dos recursos físicos, humanos, técnicos e organizacionais a serem utilizados na mitigação de riscos;

b) elaboração dos projetos para a implementação das estratégias de proteção;

c) realização de auditorias de segurança em organizações públicas e privadas;

d) execução do serviço a que se refere o inciso XI do *caput* do art. 5º, na forma de regulamento;

II – vigilante supervisor, profissional habilitado encarregado do controle operacional dos serviços prestados pelas empresas de serviços de segurança;

III – vigilante, profissional habilitado responsável pela execução:

a) dos serviços de segurança privada previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX e XII do *caput* do art. 5º;

b) da segurança física de pessoas e do patrimônio de estabelecimento de qualquer porte, sendo encarregado de observar, inspecionar e fiscalizar suas dependências, controlar o fluxo de pessoas e gerenciar o público em eventos em que estiver atuando;

IV – supervisor de monitoramento de sistema eletrônico de segurança, profissional habilitado encarregado do controle operacional dos serviços de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança;

V – técnico externo de sistema eletrônico de segurança, profissional habilitado encarregado de prestar os serviços de inspeção técnica decorrente dos sinais emitidos pelos equipamentos das empresas de sistemas eletrônicos de segurança mencionadas no inciso VI do *caput* do art. 5º, vedados, em qualquer situação, o porte de arma de fogo, a intervenção direta na ocorrência delituosa e a realização de revistas pessoais;

VI – operador de sistema eletrônico de segurança, profissional habilitado encarregado de realizar o monitoramento de sistemas de alarme, vídeo, raios X, *scanners* e outros equipamentos definidos em regulamento, vedados, em qualquer situação, o porte de arma de fogo e a realização de revistas pessoais.

§ 1º As atividades descritas no inciso I do *caput* não abrangem a elaboração de projeto técnico executivo cuja implementação compreenda atividades desenvolvidas por categoria profissional ou que sejam objeto de regulamentação específica.

§ 2º Aos vigilantes referidos no inciso III do *caput* será exigido o cumprimento de carga horária mínima de 200 (duzentas) horas para os cursos de formação e de 50 (cinquenta) horas para os cursos de aperfeiçoamento e atualização.

Art. 27. O documento de identificação de gestor de segurança, vigilante supervisor e vigilante, de padrão único, será de uso obrigatório quando em serviço.

Art. 28. São requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos [arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal); e

VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

§ 2º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante supervisor:

I – ter concluído o ensino médio; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou empresa ou condomínio edilício possuidor de serviços orgânicos de segurança privada.

§ 3º São requisitos específicos para exercício das atividades de supervisor de monitoramento, de técnico externo e de operador de sistema eletrônico de segurança, além do disposto nos incisos IV e V do *caput*:

I – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II – ter sido considerado apto em exame de saúde mental e psicológica;

III – ter concluído todas as etapas do ensino médio; e

IV – estar contratado por prestador de serviço de segurança privada ou serviço orgânico de segurança privada.

§ 4º Para matrícula nas escolas de formação não será exigida a contratação por prestador de serviços de segurança privada.

§ 5º O curso de formação habilita o vigilante para a prestação do serviço de vigilância.

§ 6º Os cursos de aperfeiçoamento habilitam o vigilante para a execução dos demais serviços e funções, conforme definido em regulamento.

§ 7º Não será exigida a conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio prevista no inciso I do § 1º e no inciso I do § 2º deste artigo em relação aos profissionais que já tiverem concluído, com aproveitamento, o respectivo curso de formação ou de aperfeiçoamento, por ocasião da entrada em vigor desta Lei.

Art. 29. São direitos do vigilante supervisor e do vigilante:

I – atualização profissional;

II – uniforme especial, regulado e devidamente autorizado pela Polícia Federal;

III – porte de arma de fogo, quando em efetivo serviço, nos termos desta Lei e da legislação específica sobre controle de armas de fogo;

IV – materiais e equipamentos de proteção individual e para o trabalho, em perfeito estado de funcionamento e conservação;

V – seguro de vida em grupo;

VI – assistência jurídica por ato decorrente do serviço;

VII – serviço autônomo de aprendizagem e de assistência social, conforme regulamento;

VIII – piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

§ 1º Os direitos previstos no *caput* deverão ser providenciados a expensas do empregador.

§ 2º O armamento, a munição, os coletes de proteção balística e outros equipamentos, de uso permitido, utilizados pelos profissionais referidos no *caput*, terão suas especificações técnicas definidas pela Polícia Federal.

§ 3º Ao técnico externo, ao operador e ao supervisor de sistema eletrônico de segurança são assegurados, quando em serviço ou em decorrência desse, e a expensas do empregador, os direitos previstos nos incisos I, II, IV, VI, VII e VIII do *caput* deste artigo.

§ 4º É facultado às partes, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, que prevalecerá sobre o disposto em lei, ajustar jornada de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, podendo os intervalos para repouso e alimentação serem usufruídos ou indenizados na remuneração mensal, abrangendo assim o descanso semanal remunerado, a compensação de feriado e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, não se aplicando o [art. 71](#) e o [§ 5º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), e o [art. 9º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949](#).

Art. 30. São deveres dos profissionais de segurança privada:

I – respeitar a dignidade e a diversidade da pessoa humana;

II – exercer suas atividades com probidade, desenvoltura e urbanidade;

III – comunicar ao seu chefe imediato quaisquer incidentes ocorridos durante o serviço, assim como quaisquer irregularidades ou deficiências relativas ao equipamento ou material que utiliza;

IV – utilizar corretamente o uniforme aprovado e portar identificação profissional, crachá identificador e demais equipamentos para o exercício da profissão;

V – manter-se adstrito ao local sob vigilância, observadas as peculiaridades dos serviços de segurança privada definidos no art. 5º e as de vigilante supervisor;

VI – manter o sigilo profissional, ressalvado o compromisso com a denúncia de ação delituosa.

§ 1º Os profissionais de segurança privada deverão prestar seus serviços devidamente uniformizados, ressalvadas as hipóteses previstas em regulamento.

§ 2º Os deveres previstos neste artigo não eximem o empregador da obrigação de fiscalizar seu correto cumprimento.

## CAPÍTULO VI

### DA SEGURANÇA PRIVADA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 31. O funcionamento de dependências de instituições financeiras onde haja, simultaneamente, atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores fica condicionado à aprovação do respectivo plano de segurança pela Polícia Federal.

§ 1º Os estabelecimentos de instituições financeiras referidos nesta Lei compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências e postos de atendimento, cooperativas singulares de crédito e respectivas dependências, bem como todas as pessoas jurídicas referidas no [art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#).

§ 2º O disposto nesta Lei não se aplica a agências e postos de atendimento de cooperativas singulares de crédito localizados em Municípios com população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, cujos requisitos de segurança serão definidos em regulamento.

Art. 32. Aplicam-se à segurança das instituições financeiras e ao transporte de numerário ou de valores a elas destinados os procedimentos específicos estabelecidos pela Polícia Federal, nos limites do disposto nesta Lei e em sua regulamentação.

Art. 33. A adequação dos itens de segurança nas dependências de instituições financeiras, nos termos desta Lei e de seu regulamento, será fiscalizada pela Polícia Federal.

§ 1º Nas agências bancárias, o sistema de segurança deverá contar com:

I – instalações físicas adequadas;

II – 2 (dois) vigilantes, no mínimo, equipados com arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo e coletes balísticos, durante os horários de atendimento ao público;

III – alarme interligado entre o estabelecimento financeiro e outra unidade da instituição, empresa de serviços de segurança, empresa de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança ou órgão policial;

IV – cofre com dispositivo temporizador;

V – sistemas de circuito interno e externo de imagens, com armazenamento em tempo real por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, em ambiente protegido;

VI – artefatos, mecanismos ou procedimentos que garantam a privacidade das operações nos guichês dos caixas, nas capitais dos Estados e nas cidades com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

VII – procedimento de segurança para a abertura do estabelecimento financeiro e dos cofres, permitidos a abertura e o fechamento por acionamento remoto.

§ 2º Os postos de atendimento bancário nos quais haja atendimento ao público e guarda ou movimentação de numerário ou valores deverão possuir:

I – 1 (um) vigilante, no mínimo, que portará arma de fogo ou arma de menor potencial ofensivo; e

II – sistema de circuito interno de imagens, com armazenamento em tempo real por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, em ambiente protegido, observados os requisitos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º deste artigo.

§ 3º A Polícia Federal poderá autorizar a redução dos dispositivos de segurança previstos no § 1º:

I – se a edificação em que estiverem instaladas as instituições financeiras possuir estrutura de segurança que inclua, ao menos, 1 (um) dos dispositivos previstos no § 1º; ou

II – com base no número de habitantes e nos índices oficiais de criminalidade do local, conforme regulamento.

§ 4º As salas de autoatendimento externo não contíguas às instituições financeiras deverão possuir alarme interligado entre o estabelecimento financeiro e outra unidade da instituição, empresa de serviços de segurança, empresa de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança ou órgão policial, bem como sistema de circuito interno de imagens, com armazenamento em tempo real, em ambiente protegido.

§ 5º As exigências constantes do inciso VI do § 1º poderão ser dispensadas nas agências instaladas em edificações tombadas, desde que incompatíveis com a legislação específica ou na hipótese de impossibilidade estrutural de instalação dos equipamentos, comprovada mediante laudo técnico fornecido por engenheiro habilitado.

§ 6º As instituições financeiras deverão manter, pelo menos, 1 (uma) central de monitoramento de segurança no território nacional.

§ 7º As exigências previstas nos incisos I, II e III do § 1º terão caráter obrigatório a partir da entrada em vigor desta Lei.

§ 8º As exigências previstas nos incisos IV a VII do § 1º poderão ser implantadas pelas instituições financeiras de maneira gradativa, atingindo-se, no mínimo, os seguintes percentuais, a partir da entrada em vigor desta Lei:

I – 25% (vinte e cinco por cento) das agências bancárias, em até 12 (doze) meses;

II – 50% (cinquenta por cento) das agências bancárias, em até 24 (vinte e quatro) meses;

III – 75% (setenta e cinco por cento) das agências bancárias, em até 36 (trinta e seis) meses;

IV – 100% (cem por cento) das agências bancárias, em até 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 34. O plano de segurança a que se refere o art. 31 deverá descrever todos os elementos do sistema de segurança, abranger toda a área do estabelecimento e conter:

I – descrição da quantidade e da disposição dos vigilantes, conforme peculiaridades do estabelecimento;

II – descrição da localização e das instalações do estabelecimento;

III – planta baixa de toda a área do estabelecimento que indique os pontos de acesso de pessoas e veículos especiais, os locais de guarda de numerário, valores e armas e a localização dos vigilantes e de todos os dispositivos de segurança empregados nas dependências do estabelecimento;



IV – comprovante de autorização para a instituição de serviço orgânico de segurança ou de contrato com prestadores de serviço de segurança privada;

V – projetos de construção, instalação e manutenção de sistemas eletrônicos de segurança.

§ 1º A Polícia Federal poderá disciplinar em ato normativo próprio a inclusão de informações adicionais no plano de segurança.

§ 2º O acesso ao plano de segurança e aos documentos que o integram será restrito ao órgão de fiscalização e às pessoas autorizadas pela instituição financeira.

Art. 35. A edição de normas relativas à segurança das instituições financeiras deverá ser precedida de análise técnica que, a critério da Polícia Federal, resulte na sua efetividade.

Art. 36. O transporte, a guarda e o manuseio de numerário ou valores, inclusive o intermodal, realizado para suprimento e coleta de instituições financeiras, serão feitos por empresas de serviços de segurança autorizadas a realizar o serviço de transporte de numerário ou valores ou por serviço orgânico de segurança, observado o disposto em regulamento.

Parágrafo único. Nas regiões em que for comprovada, perante a Polícia Federal, a impossibilidade ou a inviabilidade do uso de veículos especiais blindados terrestres para o transporte de numerário, bens ou valores, esse transporte poderá ser feito por via aérea, marítima ou fluvial ou com a utilização dos meios possíveis e adequados, observados as normas específicas com aplicabilidade em cada caso, os elementos mínimos de segurança dos meios empregados e a presença de vigilantes especialmente habilitados, conforme regulamento.

Art. 37. É vedada aos empregados da instituição financeira a execução de transporte de numerário ou valores.

Art. 38. É permitida a guarda de chaves de cofres e das dependências de instituições financeiras nas instalações de empresas de serviços de segurança.

Art. 39. O uso de tecnologias de inutilização do numerário e de outros dispositivos antifurtos empregados nos sistemas de segurança será disciplinado pela Polícia Federal, ouvido, sempre que necessário, o Banco Central do Brasil.

## CAPÍTULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Art. 40. No âmbito da segurança privada, compete à Polícia Federal:

I – conceder autorização de funcionamento aos prestadores de serviço de segurança privada e aos serviços orgânicos de segurança privada;

II – renovar a autorização referida no inciso I:

a) a cada 2 (dois) anos, das empresas de serviços de segurança, das escolas de formação de profissionais de segurança privada e das empresas e dos condomínios edilícios possuidores de serviço orgânico de segurança privada; e

b) a cada 5 (cinco) anos, das empresas de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança;

III – exercer as atividades de controle e fiscalização dos prestadores de serviço de segurança privada, dos serviços orgânicos de segurança privada e dos sistemas de segurança das dependências de instituições financeiras, apurar responsabilidades e aplicar as sanções administrativas cabíveis;

IV – estabelecer procedimentos específicos para a prestação dos serviços de segurança privada;

V – reprimir as atividades ilegais ou clandestinas de segurança privada, sem prejuízo do auxílio das polícias dos Estados e do Distrito Federal;

VI – estabelecer condições e requisitos específicos para utilização dos sistemas de comunicação, dos sistemas eletrônicos de segurança e de instrumentos congêneres;

VII – autorizar a aquisição, utilização, custódia, alienação e destruição de armas, munições e demais equipamentos utilizados para a prestação dos serviços de segurança privada, na forma estabelecida em regulamento e em consonância com a legislação específica em vigor que trata do controle de armas de fogo e de munições no País;

VIII – aprovar e renovar, a cada 2 (dois) anos, os planos de segurança de dependências de instituições financeiras, sendo obrigatória ao menos 1 (uma) vistoria anual;

IX – aprovar os modelos de uniformes adotados pelos prestadores de serviço de segurança privada;

X – autorizar o porte, o transporte e a transferência de armas, munições e demais produtos de uso controlado, e seu uso provisório, pelas empresas prestadoras de serviços de segurança privada e pelos serviços orgânicos de segurança privada;

XI – aprovar previamente os atos constitutivos das empresas que prestem os serviços constantes do art. 5º, nos termos do regulamento;

XII – cadastrar os profissionais de segurança privada;

XIII – fixar o currículo mínimo dos cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada, que contemple conteúdos programáticos baseados em princípios éticos, técnicos e legais, e preveja, entre outros, conteúdos sobre:

- a) uso progressivo da força e de armamento;
- b) noções básicas de direitos humanos; e
- c) preservação da vida e da integridade física dos indivíduos;

XIV – definir os requisitos técnicos e os equipamentos básicos para a utilização de veículos de transporte de numerário, bens e valores e de escolta armada e suas guarnições, no sistema de comunicação e outros meios de guarda, escolta e transporte de numerário, bens ou valores, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de trânsito;

XV – fixar critérios para a definição da quantidade mínima de veículos e de profissionais de segurança privada dos prestadores de serviço de segurança privada e dos serviços orgânicos de segurança privada;

XVI – fixar critérios para a definição da quantidade de armas, munições, coletes de proteção balística e demais produtos controlados de uso permitido pelos prestadores de serviço de segurança privada e pelos serviços orgânicos de segurança privada;

XVII – expedir documento nacional de identificação dos profissionais de segurança privada e efetuar sua cassação nos casos previstos na legislação;

XVIII – definir as informações sobre ocorrências e sinistros que devem ser enviadas à instituição pelos profissionais, prestadores de serviço de segurança privada, serviços orgânicos de segurança privada, instituições financeiras e tomadores desses serviços; e

XIX – aprovar a utilização dos dispositivos de segurança empregados na prestação de serviço descrita no inciso VII do *caput* do art. 5º.

§ 1º Concedida a autorização a que se refere o inciso I do *caput*, o prestador de serviço de segurança privada ou a empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada deve comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública, ou congênere, do respectivo Estado ou do Distrito Federal, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Os atos de renovação previstos nos incisos II e VIII do *caput* dependem da comprovação do pagamento das penalidades pecuniárias decorrentes da aplicação desta Lei.

§ 3º Para o exercício do controle e da fiscalização da atividade de segurança privada, a Polícia Federal terá acesso aos postos de serviços contratados, exceto quando situados no interior de residências.

§ 4º A vistoria dos prestadores de serviço de segurança privada e das empresas e condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada deverá ser realizada pela Polícia Federal, na periodicidade

definida em regulamento.

§ 5º Os pedidos de renovação a que se referem os incisos II e VIII do *caput* deverão ser solucionados em até 30 (trinta) dias da entrada da documentação pelo interessado, após o que os respectivos documentos de protocolo servirão como renovação temporária e precária para o exercício da atividade solicitada, tendo validade até a manifestação definitiva do órgão competente.

Art. 41. As empresas de serviços de segurança privada e as escolas de formação de profissionais de segurança privada deverão informar à Polícia Federal, na periodicidade definida em regulamento, relação de empregados, armas e demais produtos controlados, veículos e contratos, entre outras informações indispensáveis à prestação e ao aprimoramento dos serviços.

§ 1º As empresas e os condomínios edilícios que se utilizem de serviços orgânicos de segurança deverão informar, na forma prevista no *caput*, relação dos empregados envolvidos na prestação de serviços de segurança privada, das armas, dos veículos e demais produtos controlados, entre outras informações indispensáveis à prestação e ao aprimoramento dos serviços.

§ 2º As empresas que prestarem os serviços de transporte de que trata o inciso VII do *caput* do art. 5º manterão registro diário de todas as operações realizadas, com a identificação dos contratantes, para fornecimento às autoridades competentes do referido sistema, na forma do regulamento.

Art. 42. As empresas autorizadas a prestar os serviços de monitoramento de que trata o inciso VI do *caput* do art. 5º informarão à Polícia Federal, na periodicidade definida em regulamento, a relação dos técnicos responsáveis pela instalação, rastreamento, monitoramento e assistência técnica, e outras informações de interesse, nos termos do regulamento, referentes à sua atuação.

Art. 43. Os contratantes de prestadores de serviço de segurança privada informarão à Polícia Federal, quando por ela requeridos, os dados não financeiros referentes aos respectivos contratos firmados.

Art. 44. As instituições financeiras, os prestadores de serviço de segurança, as empresas e os condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada e os profissionais de segurança privada têm o dever de:

I – informar à Polícia Federal os dados não financeiros referentes aos serviços de segurança privada prestados ou autorizados, ao sistema de segurança empreendido e às ocorrências e sinistros acontecidos no âmbito de suas atividades com relação à segurança privada, nos termos desta Lei e de seu regulamento; e

II – apresentar à Polícia Federal documentos e outros dados solicitados no interesse do controle e da fiscalização.

## CAPÍTULO VIII

### DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 45. Compete à Polícia Federal aplicar penalidades administrativas por infração aos dispositivos desta Lei.

Parágrafo único. Aplica-se, subsidiariamente, aos processos punitivos de que trata esta Lei o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#), que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Art. 46. As penalidades administrativas aplicáveis aos prestadores de serviço de segurança privada e às empresas e condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, conforme a conduta do infrator, a gravidade e as consequências da infração e a reincidência, são as seguintes:

I – advertência;

II – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); ou

III – cancelamento da autorização para funcionamento.

§ 1º A multa pode ser aumentada até o triplo se:

I – ineficaz em virtude da situação econômica do infrator, embora considerada em seu valor máximo; ou

II – a conduta do infrator envolver preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º Às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que contratarem serviços de segurança privada em desconformidade com os preceitos desta Lei poderão ser impostas as penas previstas neste artigo.

Art. 47. As penalidades aplicáveis às instituições financeiras, conforme a conduta do infrator, a gravidade e as consequências da infração e a reincidência, são as seguintes:

I – advertência;

II – multa de:

a) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para as instituições financeiras;

b) R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para as cooperativas singulares de crédito; e

III – interdição do estabelecimento.

§ 1º A multa pode ser aumentada até o triplo se a conduta do infrator envolver preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º A reincidência para as instituições financeiras caracteriza-se de forma individualizada para cada uma de suas dependências.

§ 3º É vedado o funcionamento de instituição financeira sem plano de segurança aprovado, sujeitando-se a instituição infratora, após regular tramitação do processo administrativo punitivo, no qual se observarão o contraditório e a ampla defesa, à punição prevista no inciso III do *caput*.

§ 4º Obtida pela instituição infratora a aprovação do plano de segurança antes do julgamento definitivo do processo administrativo punitivo, observados o contraditório e a ampla defesa, será convertida a punição prevista no inciso III do *caput* na penalidade de multa.

§ 5º É vedada a aplicação da penalidade prevista no inciso III do *caput* de forma cautelar.

§ 6º O ato que instituiu a interdição aplicada na forma do inciso III do *caput* deste artigo será revogado pela Polícia Federal imediatamente após a verificação da correção das irregularidades por parte da instituição financeira.

Art. 48. A Polícia Federal aplicará a multa prevista no inciso II do *caput* do art. 47 às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que organizarem, oferecerem ou contratarem serviço de segurança privada com inobservância do disposto nesta Lei, sem prejuízo da cessação imediata da prestação de serviço de segurança privada e das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

§ 1º A multa poderá ser aumentada em até o triplo se considerada ineficaz em virtude da condição econômica do infrator, embora aplicada em seu valor máximo.

§ 2º No caso de constatação de prestação de serviço de segurança não autorizado, a Polícia Federal determinará, de imediato, o encerramento da segurança no local e encaminhará as demais providências que o caso requerer.

§ 3º Os materiais utilizados na prestação de serviços de segurança privada não autorizados serão apreendidos e, depois de encerrado o respectivo procedimento administrativo, destruídos pela autoridade competente, ressalvada a destinação prevista em lei específica para determinados bens ou equipamentos de uso controlado.

Art. 49. A Polícia Federal poderá celebrar termo de compromisso de conduta com os prestadores de serviço de segurança privada, as empresas e os condomínios edifícios possuidores de serviço orgânico de segurança privada e as instituições financeiras, conforme regulamento.

§ 1º Do termo de compromisso deverão constar:

I – a especificação das obrigações do representado para fazer cessar a prática irregular investigada e seus efeitos lesivos;

II – os valores das multas aplicáveis pelo descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas.

§ 2º A celebração do termo de compromisso poderá ocorrer até o julgamento do processo administrativo.

§ 3º O termo de compromisso constitui título executivo extrajudicial.

§ 4º Os processos administrativos ficarão suspensos enquanto estiver sendo cumprido o compromisso e serão arquivados ao término do prazo fixado se atendidas todas as condições estabelecidas no termo.

§ 5º Declarado o descumprimento do compromisso, a Polícia Federal aplicará, de imediato, as sanções cabíveis previstas nesta Lei e adotará as demais providências para o prosseguimento do processo administrativo e a aplicação das demais medidas adequadas, inclusive de cunho judicial.

## CAPÍTULO IX

### DO CRIME

Art. 50. Organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada, com a utilização de armas de fogo, na qualidade de sócio ou proprietário, sem possuir autorização de funcionamento:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

## CAPÍTULO X

### DAS TAXAS

Art. 51. São instituídas taxas, nos termos do Anexo desta Lei, para remuneração pela execução dos serviços de fiscalização e controle federais, aplicáveis aos prestadores de serviço de segurança privada, às empresas e aos condomínios edifícios possuidores de serviços orgânicos e às instituições financeiras.

Parágrafo único. Os prazos para o recolhimento das taxas constantes do Anexo desta Lei serão definidos em ato da Polícia Federal.

Art. 52. O julgamento do auto de infração seguirá o rito estabelecido pela Polícia Federal, observados o contraditório e a ampla defesa, e a cobrança do crédito decorrente da aplicação desta Lei seguirá o rito estabelecido pelo [Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972](#).

Art. 53. Para a execução das competências constantes desta Lei, a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderá celebrar convênio com as secretarias de segurança pública, ou congêneres, dos Estados e do Distrito Federal, ocasião em que poderá delegar parte de suas atribuições relacionadas à fiscalização e ao controle da prestação dos serviços de segurança privada, nos termos do regulamento.

§ 1º Havendo a celebração do convênio a que se refere o *caput*, a União destinará às referidas unidades da Federação parte dos valores arrecadados relativos às respectivas taxas e multas, vedada a subdelegação, conforme regulamento.

§ 2º É vedada às unidades da Federação a instituição de taxas ou de multas visando ao cumprimento das disposições desta Lei.

## CAPÍTULO XI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. As regras de transição para o atendimento aos requisitos de escolaridade previstos no Capítulo V serão definidas em regulamento.

Art. 55. A atividade de transporte internacional de numerário, bens ou valores será disciplinada em ato conjunto dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Fazenda, da Defesa e das Relações Exteriores.

Art. 56. As armas, munições, petrechos e demais produtos de uso controlado, cujos empregos forem autorizados para a prestação dos serviços de segurança privada, quando penhorados, arrestados ou de qualquer

forma constrictos judicialmente, somente poderão ser alienados e adjudicados a outros prestadores de serviço de segurança privada.

Parágrafo único. A alienação e a adjudicação referidas no *caput* dependerão de manifestação favorável da Polícia Federal.

Art. 57. A junta comercial comunicará à Polícia Federal o registro de empresa que tenha como objeto social a prestação de serviços de segurança privada, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do registro.

Art. 58. O disposto nesta Lei não afasta direitos e garantias assegurados pela legislação trabalhista ou em convenções ou acordos coletivos de igual natureza.

Art. 59. O disposto nesta Lei não se aplica ao transporte, guarda e movimentação do meio circulante nacional a cargo do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Os prestadores de serviço de segurança privada contratados pelo Banco Central do Brasil ficam obrigados ao cumprimento desta Lei.

Art. 60. Excetuados os casos expressamente regulados por esta Lei quanto a prazos específicos, os prestadores de serviço de segurança privada, as empresas e os condomínios edilícios possuidores de serviço orgânico de segurança privada e as instituições financeiras terão o limite máximo de 3 (três) anos, contados da publicação desta Lei, para realizarem as adequações dela decorrentes.

Art. 61. Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros.

Art. 62. Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança previstos nesta Lei, outros meios de proteção, na forma do regulamento.

Art. 63. Esta Lei não se aplica à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita efetivados na área restrita de segurança.

Art. 64. No transporte dos produtos controlados referidos no [Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934](#), especialmente pólvoras, explosivos e artigos pirotécnicos, em carregamentos superiores a 50 kg (cinquenta quilogramas), é obrigatório o emprego de veículos dotados de sistema de rastreamento e de monitoramento permanentes, além de escolta armada.

Art. 65. Os arts. 7º e 23 da [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#) (Estatuto do Desarmamento), passam a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 7º](#) As armas de fogo utilizadas pelos profissionais de segurança privada dos prestadores de serviços de segurança privada e das empresas e dos condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observarem as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.

.....” (NR)

“Art. 23.....

.....

[§ 4º](#) As instituições de ensino policial, as guardas municipais referidas no inciso III do *caput* do art. 6º e no seu § 7º e as escolas de formação de profissionais de segurança privada poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos do regulamento.” (NR)

Art. 66. O art. 1º da [Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

IV – furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive dos produtos controlados a que se refere o [Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934](#), especialmente pólvoras, explosivos e artigos pirotécnicos, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de (1) um Estado da Federação;

.....

VIII – furto, roubo ou dano contra empresas de serviços de segurança privada especializadas em transporte de valores.

.....” (NR)

Art. 67. O inciso I do *caput* do art. 8º da [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da [Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), e na Lei que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras;

.....” (NR)

Art. 68. O inciso I do art. 10 da [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.....

I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da [Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998](#), e na Lei que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras;

.....” (NR)

Art. 69. O [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 183-A:

“Art. 183-A. Nos crimes de que trata este Título, quando cometidos contra as instituições financeiras e os prestadores de serviço de segurança privada, de que trata o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, as penas serão aumentadas de 1/3 (um terço) até o dobro.”

Art. 70. Revogam-se a [Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983](#), a [Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994](#), o [art. 7º da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008](#), os [arts. 14 a 16 e 20 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995](#), e o [art. 14 da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001](#).

Art. 71. (VETADO).

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*  
*Enrique Ricardo Lewandowski*



Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.9.2024

ANEXO

TAXAS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR EM R\$
1. Vistoria de instalação de prestador de serviço de segurança privada.	4.380,00
2. Vistoria de instalação de serviço orgânico de segurança privada.	2.920,00
3. Autorização de funcionamento de prestador de serviço de segurança privada.	2.190,00
4. Renovação de autorização de funcionamento de prestador de serviço de segurança privada.	2.190,00
5. Autorização de estabelecimento de serviço orgânico de segurança privada.	730,00
6. Renovação de autorização de estabelecimento de serviço orgânico de segurança privada.	730,00
7. Autorização para prestação de serviço adicional de segurança privada.	730,00
8. Autorização para alteração de atos constitutivos de prestador de serviço de segurança privada.	292,00
9. Vistoria e expedição do certificado de veículo especial para transporte de valores, bens e numerário.	4.380,00
10. Autorização para mudança ou inclusão de modelo de uniforme.	438,00
11. Autorização para aquisição de armas de fogo, munições, equipamentos e petrechos de recarga.	292,00
12. Autorização para aquisição de coletes à prova de proteção balística, armas, munições, equipamentos e petrechos não letais.	146,00
13. Autorização de uso provisório de armas de fogo, munições, equipamentos, petrechos de recarga e outros produtos controlados.	730,00
14. Cadastro de profissional de segurança privada.	43,80
15. Confecção do documento nacional de identificação dos profissionais de segurança privada.	43,80
16. Vistoria de dependências de instituições financeiras.	4.380,00
17. Vistoria de estabelecimento de cooperativa singular de crédito.	1.460,00